



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

RAMILE DA SILVA SANTOS

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DAS
RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E OS IMPACTOS NA PRÁTICA
DOCENTE

AMARGOSA-BA
2017

RAMILE DA SILVA SANTOS

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DAS
RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E OS IMPACTOS NA PRÁTICA
DOCENTE**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, apresentado à banca examinadora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como obtenção do título Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Dyane Brito Reis Santos

Amargosa-BA
2017

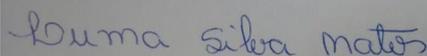
**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DAS
RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E OS IMPACTOS NA PRÁTICA
DOCENTE**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, pela seguinte banca examinadora.



Prof.ª Dr.ª Dyane Brito Reis Santos - Orientadora
Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Prof.ª Ma. Maria Goretti da Fonseca – Examinador
Mestrado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSC)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)



Prof.ª Ma. Luma Silva Matos – Examinador
Mestrado em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo Bahia (UFRB)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Amargosa, 21 de Setembro de 2017

Dedico este trabalho aos meus avós, Maria Borges e Júlio Lopes, (*in memória*) que sempre torceram para que eu almejasse meus sonhos. Sei que está na glória de Deus, feliz por minha conquista. Dedico também aos meus pais, que são os alicerces que sustenta minha vontade de vencer.

AGRADECIMENTOS

Na ânsia de querer tornar meu sonho realidade busquei estudar e fazer deste empenho um propósito incansável do meu projeto de vida. Hoje aos poucos vejo a iniciação desse empenho se materializando.

As minhas orações e fé manifestaram mais uma vez confiança em meu Deus e minha mãe Nossa Senhora, que me coloram no colo e acalentaram meu coração me dando discernimento nos momentos de angústia e ansiedade.

Agradeço a minha mãe, Ivone Silva que sempre influenciou e insistiu para que este sonho se consagrasse. Com sua força, orgulho e incentivo sempre esteve me fortalecendo se por ventura, desestimulasse. Meus pais são os protagonistas mais importantes dessa caminhada. Obrigada meu pai, Raimundo Souza por sempre estar à minha disposição dando suporte sempre que necessitei. Carinho e dedicação são poucas palavras para dizer o quanto sua assistência foi fundamental. Minha imensa gratidão a minha irmã, Raiane Silva, que esteve comigo para orientar-me a trilhar metas que me auxiliassem a melhor direção.

Não tenho palavras pra descrever o quanto minha querida orientadora, Dyane Brito, foi essencial nessa conquista, obrigada por estar sempre ao meu lado acreditando em meu melhor, almejando junto comigo cada linha escrita neste trabalho. Sua representação de mulher negra foi e é minha referência para a conquista do meu empoderamento.

Ao grupo Pet Afirmação e Erer por potencializar meu crescimento, tanto acadêmico como de mulher negra. Minha passagem por esse grupo foi sem dúvida de caráter fundamental para minhas práticas.

As minhas companheiras na trajetória acadêmica, Rosely, Mariete, Juci, Daiane, Tamires, Carol. E em especial minha amiga, Juliana Lírio, por sempre me incentivar com palavras de estima, e estar presente na minha estadia acadêmica, nossa amizade se constituiu da Universidade para vida. Também em especial a, Fabiana Celeste, por estar em companheirismo todos os momentos.

Sou grata a todos que contribuíram para que essa caminhada fosse concluída. Meus sinceros agradecimentos a todos que foram presentes nessa jornada, cada um com seu grau de importância foram essenciais para que tudo se concretizasse.

REFLEXOS DO EU

Quando olho no espelho vejo não apenas um semblante, uma face, vejo uma percepção nítida de mudanças constantes. Contrastes, inquietações, satisfações e ao mesmo tempo anciãs inacabadas. Uma permanente revisão do ser o que sou, do almejar o que serei. Entre intervalos de reflexões e questionamentos percebo que minha imagem me diz muitas coisas, e uma delas, representa uma afirmação empoderada.

(Ramile Silva)

RESUMO

O presente trabalho busca refletir as questões étnico raciais e sua abordagem em sala de aula e como a prática docente pode contribuir para a compreensão desta temática. Analisou-se a trajetória de formação de professores para a educação das relações étnico raciais em atuação na Educação Fundamental II e como esta formação impacta na sua prática docente. Para melhor entender as práticas do professor e os instrumentos pedagógicos utilizados seguimos a linha de pesquisa qualitativa e desempenharemos uma observação de cunho etnográfico para compreender a atuação docente em uma escola da rede Municipal de ensino numa comunidade rural da Cidade de Amargosa/BA. É importante destacar que este trabalho demarca como ponto crucial o estudo da lei de diretrizes e bases 10.639/03 que prevê a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas. O estudo da lei irá contribuir para compreensão do referencial das práticas educacionais e como esta reflete na ação do professor para sua formação-ensino. Para chegar à perspectiva deste estudo, observo a minha trajetória estudantil em comparação com as influências teóricas que adquiri na universidade juntamente com a participação em um projeto de pesquisa e extensão ao qual dialoga com as questões étnico raciais, deste então, emergiu o interesse em pesquisar como a prática docente pode influenciar essa discussão.

Palavras chave: Lei 10.639; Formação de Professores; Raça; Prática docente.

SUMÁRIO

1. FORMAÇÃO EDUCACIONAL E RELAÇÕES RACIAIS	8
2. PANORAMA HISTÓRICO-CRÍTICO DOS NEGROS NA SOCIEDADE	14
2.1 OS MOVIMENTOS NEGROS COMO PRINCIPAL EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	18
2.3 OS PRIMÓRDIOS DA LEI 10.639/03.....	22
2.4 SÉCULO XXI- A LEI 10.639/03 E A LEI 11.645/08 – MUDANÇAS E PERSPECTIVAS	24
3. CAPÍTULO METODOLÓGICO: PESQUISA QUALITATIVA DE CUNHO ETNOGRÁFICO	27
3.1 UMA DESCRIÇÃO SOBRE A ETNOGRAFIA	29
3.2 DILEMAS RACIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL NO INTERIOR DA BAHIA	32
3.3 CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR E SEUS SUJEITOS	34
4. FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O QUE A UFRB TEM COM ISSO? ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS	36
5. ANÁLISE DOS DADOS.....	43
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60

1. FORMAÇÃO EDUCACIONAL E RELAÇÕES RACIAIS

Minha trajetória escolar ocorreu de modo muito significativo e marcante em múltiplos aspectos, os quais caminharam em direção a uma revisão crítico-reflexiva sobre a aprendizagem que foi vivenciada em tempos anteriores à universidade. A forma como eram repassados os conteúdos estudados nas unidades não supria o desenvolvimento de um aprendizado esclarecedor e discursivo.

A monotonia das aulas é outro ponto que contribuía para pouca absorção de alguns assuntos, a falta de informações sobre temas que envolvessem nossa realidade, por exemplo, é também outro fator que não pode passar despercebido. Nessas aulas não me recordo em momento algum do ensino sobre a temática das questões étnico-raciais aparecerem nas discussões da sala, nem a história real dos negros, que foram sujeitos escravizados e considerados seres subhumanos e, portanto, aptos à escravidão. Vale salientar que concluí o Ensino Médio em 2010 e sequer tinha ouvido falar da Lei 10.639/2003. A implementação dessa lei por meio das Diretrizes e Bases no currículo educacional garante a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas.

A lei determina que os professores devam trabalhar a história da África por todo ano letivo e proporcionar um conhecimento sobre os povos africanos, sua cultura e a cultura afro brasileira, salientando-a como importante constituinte na formação da nossa sociedade. Sabemos que a escola e outros ambientes educacionais são lugares que reproduzem e promovem ações de cunho racista, uma vez que são espaços em que as diversidades são visíveis e, ao invés de termos profissionais que contribuam para transformação dessa condição, temos um espaço escolar pouco sensível à discussão racial, um espaço que disponibiliza pouca formação continuada para os educadores no âmbito da diversidade étnico racial entre outras e ainda, podemos pensar na escola como um espaço que ainda segrega e silencia.

A diversidade é relacionada a um status de inferioridade e por isso as atitudes discriminantes reforçam essa condição. É no meio escolar com docentes aptos e com uma formação específica e continuada, que poderão ser problematizadas as narrativas oficiais sobre a história e condição dos negros no Brasil, pontuando um entendimento coletivo sobre o processo de subalternidade que foi construído ao sujeito afrodescendente.

A reprodução do racismo em ambientes escolares é uma realidade que se faz muito presente nas relações entre professor-aluno, aluno-aluno, professor-professor. Em que pese a obrigatoriedade da lei 10.639/03, ainda são poucos os estabelecimentos de ensino que inseriram integral e corretamente a discussão em seus currículos.

Falar dessa temática não envolve apenas as datas comemorativas, mas sim, trabalhar todo ano letivo com essas questões de modo a inseri-las e destacá-las na realidade dos alunos, motivando diálogos que despertem a visão crítica desses discentes e também docentes a fim de romper com os estereótipos e a visão distorcida com relação à população negra.

Nos dias atuais ainda é notória a falta de propriedade teórica de muitos professores quanto ao assunto das relações étnico-raciais. A falsa democracia racial que vivenciei na escola era inteiramente vista nas aulas quando surgia alguma situação que desencadeasse algum tipo de discriminação. A falta de domínio teórico por parte dos professores, causava conclusões errôneas sobre o contexto.

A conduta carregada de preconceitos em meio a comportamentos do indivíduo referente ao sujeito negro é também o retrato das influências de pesquisas científicas do século XIX, que infelizmente estão até os dias atuais enrustidas nas mentalidades humanas. Estudos pseudocientíficos buscaram mostrar que havia explicação biológica para inferioridade do negro em relação aos outros indivíduos. A lógica usada por alguns cientistas traduzia essa dita inferioridade do negro como fator cognitivo que interferia na estrutura mental e comportamental desses sujeitos. Denominações negativas no comportamento sugere uma falta de capacidade em desempenhar atitudes corriqueiras de qualquer ordem conexas ao caráter. A natureza indolente do sujeito negro/mestiço eram fatores que se constituíam de base explicativa para condições que os mesmos se encontravam, agregando suas características a uma responsabilidade craniológica que era sustentada por aspectos biológicos do desenvolvimento da evolução da espécie humana.

O discurso sobre noção de raça, antes ligado à teoria raciológica, cede lugar ao discurso em aspectos culturais. Nesse sentido, diversos estudiosos como Franz Boas (2002), que terá influências nos trabalhos de Gilberto Freyre (2006), consideram o conceito cultural o propulsor das relações estabelecidas na sociedade. Ambos “romantizavam” a ligação entre os negros e seus senhores de maneira que, não existia uma relação que demonstrasse dessemelhança baseada na cor, tanto os senhores como os escravizados precisavam uns dos

outros para equilibrar uma instabilidade pautada em posições harmônicas. A ideia de serenidade e naturalidade dessas relações está associada a uma correspondente justificativa a processos embutidos de preconceitos que foram socialmente construídos com pressuposto desses juízos.

Devido às relações entre os negros escravizados, os senhores e toda a sociedade colonial, os tratamentos de cada um era organizado como propício a ordem da esfera social que estes ocupavam. Os estigmas e estereótipos os quais rotulavam os negros serviram de justificativas para as inúmeras crueldades.

Na atualidade podemos identificar que essas atitudes se configuram com práticas que mascaram um racismo explícito, como menciona Fernandes (2007), mesmo os brasileiros considerando-o algo ultrajante para quem sofre e degradante para quem o pratica, o “preconceito de cor” se manifesta frequentemente nas relações. Ao longo do processo de construção histórica da sociedade o negro foi remetido como ser desigual dos brancos, referenciando várias justificativas para os argumentos discriminantes. A força que eles tinham em relação ao trabalho braçal, sua capacidade de resistência física para aguentar o trabalho debaixo do sol escaldante eram discursos que baseavam toda forma de escravidão, humilhação e opressão.

Dadas às construções sociais, observa-se cotidianamente ações com base na ideia de que por serem diferentes, alguns indivíduos ou grupos devem ocupar lugares inferiores na estrutura social. A inferioridade atribuída ao negro é sem dúvida uma construção histórica em nossa sociedade e transforma o racismo em uma atitude naturalizada. Ao longo da nossa história há um processo de negação e invisibilização, as associações que são feitas com a imagem do negro são sempre subalternizando-o e colocando em dúvida seu caráter por conta da sua origem e cor da pele. Desse modo, essas atitudes apontam referências pejorativas que limitam a capacidade de reconhecer no indivíduo negro qualidades positivas, pois a construção que foi consolidada a ele indicam associações de porte equivocado sobre sua personalidade. “A um corpo específico correspondente um caráter mental particular (...) Uma pele brilhante indica um temperamento quente, enquanto uma cor rosada significa boas disposições naturais” (MOORE, 2007, p.57).

A associação que se faz com a cor da pele como condição de bondade e bom temperamento se instauram negativamente na vida dos negros. A pigmentação da pele

supostamente será a definição da sua representação. Por isso e por outras questões é importante que a prática docente em ambientes escolares esteja aliada a conceitos e métodos que estabeleçam caminhos para que essa construção negativa diante do indivíduo negro se modifique para extinguir a condição de inferioridade que o negro ocupa no espaço social.

Associações que exprimem um caráter negativo a figura do negro em práticas educacionais irão contribuir para que seja analisado o que se insinua desses indivíduos. Naturalizar apelidos, nomear classificações relacionada a cor da pele impede que haja uma revisão dessas práticas. Pronunciar que é natural que se espere desvios de conduta de uma pessoa negra é o mesmo que dizer que a cor de sua pele define suas ações, e certamente essas ações serão atribuídas a atos de delinquência. Tais suposições farão com que dificilmente se altere a concepção inferiorizada que incapacita e assola a visão de pessoas negras. Quando as condições que subalternizam o negro não são postas em questão, essas trajetórias que influenciaram os aspectos negativos e errôneos se tornam comuns no cotidiano e isso dificulta a possibilidade para uma percepção que incentive uma postura de alteração de julgamentos nocivos contra as pessoas negras.

Problematizar essa construção social que normaliza o racismo proporcionará que ocorra uma revisão das práticas e histórias que antecederam estereótipos, para que se caminhe num intuito de quebrar e substituir posturas racistas.

Estudar essa temática proporciona-me enquanto Pedagoga, reverter às práticas racistas e despertar em meus alunos uma consciência crítica sobre sua história que foi narrada sobre um formato enviesada ao longo de nossas vidas. O espaço escolar enquanto instituição educativa tem o dever de formar sujeitos ativos na sua própria história. O papel dos educadores é promover as inquietações reflexivas sobre a verdadeira história dos negros.

Para que isso aconteça é essencial que haja uma formação continuada dos profissionais da educação. O único caminho para que essa hegemonia branca fraqueje até desmanchar, será o conhecimento teórico e apropriação do mesmo, somente dessa maneira haverá uma reflexão crítica do sujeito para uma consciência plena do estado que o negro encontra-se nas relações da sociedade.

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim pode transformá-la e o seu

trabalho pode criar um mundo próprio, seu eu e suas circunstâncias” (FREIRE, 2008, p.16).

A importância do comprometimento do trabalho docente frente a essas questões diferenciara de forma significativa o ensino e aprendizagem dos sujeitos envolvidos nesse ambiente escolar. A prática docente na formação da identidade negra contribui para uma construção sólida do conhecimento e história da população negra e o valor e aporte da sua cultura para constituição do conjunto social que estamos introduzidos. Envolver a história e cultura dos africanos em todas as disciplinas irá oferecer um aprendizado concreto sobre o conteúdo. É apropriado ressaltar, que o domínio a respeito da temática é essencial para que se realize um trabalho produtivo. Com o uso de instrumentos pedagógicos os docentes podem atribuir uma compreensão e reflexão sobre as questões étnico-raciais para seus alunos, de modo que os mesmos reflitam e compare os aspectos que se identificam com as atitudes que levam a prática do racismo em nossa sociedade.

Trabalhar as diversas culturas, etnias e religiões também podem ajudar a compor uma sequência de atividades complementares para o ensino-aprendizagem do pensamento sobre as relações étnico-raciais. O desafio para aproximar essas questões dentro do ambiente educacional engloba várias medidas a serem tomadas pelo corpo docente e gestão de uma instituição. O conjunto escolar, professores, gestores e demais funcionários que compõem o grupo de educadores, unidos no projeto que esteja ao encontro da realidade dos alunos e faça uso de acontecimentos dentro da escola para reverter às atitudes que apresentem discriminação racial e de qualquer outra ordem. Reunir profissionais capacitados frente a esses debates oferecerá um suporte específico e necessário para que o conteúdo seja abordado de forma exata e proporcione entendimento de sua história e construção social nos tempos remotos e atuais, pois para perceber o presente é preciso que se compreenda o passado, dessa forma poderemos realizar uma intervenção na realidade existente e contradizer a democracia racial.

Este trabalho fundamentou-se teoricamente nos estudiosos como Renato Ortiz (2012) que discute aspectos da identidade nacional e como o negro e o mulato são colocados nesse processo. Gilberto Freyre (2006), por esmiuçar em suas obras a convivência dita harmoniosa entre escravizados e seus senhores contribuiu para construção de um pensamento que dá origem ao conceito de democracia racial, com o qual nossa sociedade justifica as práticas

racistas, normalizando-as no convívio social. Teremos aporte teórico nos estudos do Sociólogo Florestan Fernandes (2007), que contesta a democracia racial. Fernandes com seus estudos e pesquisas exerce grande influência em desmistificar os conceitos que remetem a democracia racial. Outro importante teórico no qual utilizamos seus fundamentos foi Carlos Moore (2007), onde o mesmo demarca todo processo histórico de estereótipos e negação da figura do negro e as representações pejorativas que fora imputada a população negra. Para compreender a prática docente e associar as questões raciais nos baseamos em Paulo Freire (2008), que foi um grande educador e salienta a prática do professor e a educação como instrumentos fundamentais para emancipação do sujeito oprimido e mudança estrutural da sociedade. Autoras como Petronilha Beatriz e Nilma Lino Gomes (2011), também são figuras essenciais para dar suporte à abordagem da formação do professor para as questões que envolvem discussões das relações raciais.

Para realização metodológica desta pesquisa trilhamos na linha qualitativa, com sustento nos estudos de Marli André (1995). Observamos a prática docente visando compreender os aspectos ligados ao enfoque étnico racial a qual a pesquisa se fundamenta. Com apoio das indagações trazidas por Geertz a pesquisa apresentou observação de cunho etnográfico, pois o modelo de pesquisa da linha etnográfica se enquadra devidamente nos aspectos estudados, já que tal método proporciona um panorama interpretativo da prática dos sujeitos que serão observados.

2. PANORAMA HISTÓRICO-CRÍTICO DOS NEGROS NA SOCIEDADE

A construção de pensamentos e atitudes que atualmente relaciona a imagem do negro a adjetivos pejorativos e visões de inferioridade foram inseridas na sociedade há tempos longínquos, porém a perpetuação de estereótipos mesmo depois de longos séculos, continua atrelada a fatores ligados ao passado. Vários estudiosos e cientistas tiveram grande influência na formação dos pensamentos e opiniões que se manifestam acerca da imagem do negro, dentre eles o mito da democracia racial, que perpetua uma continuidade da supremacia branca e o embraquecimento dos sujeitos negros/mulatos.

No século XIX as ciências sociais abrem espaço para teorias que correspondem a fortes influências e configurações de pensamentos sobre o comportamento do homem e suas condutas diante do meio em que vive. Diversas formulações de teorias para pensar o surgimento do homem e como os mesmos chegaram a certas condições de vida foram sendo explicadas e analisadas, entre elas destacamos o positivismo de Comte, o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer. O evolucionismo tece inúmeras questões que vão dar ênfase a evolução humana e a adaptação ao meio para que tal evolução ocorra, e sobretudo, enfatiza a superioridade de alguns povos sobre outros e de nações sobre outras, como por exemplo, a superioridade que é dirigida aos europeus e a Europa em relação aos brasileiros e ao Brasil. Essa teoria vem referenciar o modelo de vida ao qual o mestiço se encontra de forma que se revelem considerações necessárias para representação de uma identidade nacional ao qual o mesmo representa.

Com essas perspectivas surgem considerações a respeito das características psíquicas do homem. Estudiosos como Nina Rodrigues vincula essas características a sua dependência ao meio e atrela esses pensamentos a condição social do mestiço e sua “natureza perversa”. Sendo assim a história do mestiço brasileiro se determina em termos particulares explicando a natureza indolente do mestiço por elemento de noções específicas como raça e meio. Pensamentos como esses elucidaram uma série de questões que colocava em centralidade a problemática racial. Nesse período há uma transição de pensamentos, as teorias evolucionistas que rodeiam todo pensamento da época vão dar lugar ao novo discurso que lançam lugar as leis biológicas. Esses argumentos vão se misturando desde o período colonial onde alguns estudiosos e cientistas usaram de teorias raciológicas em meados do século XIX para explicar

as disposições ao crime e a natureza indolente do “ser negro”. Em seu livro “Cultura Brasileira e Identidade Nacional” Renato Ortiz (2012), aponta a questão da diferenciação entre as “raças”, onde elas vão se apresentando na medida em que as indagações científicas procuram responder as diferenças entre homens. O antropólogo sueco Ratzius (1842), desenvolve técnicas para medir o crânio e legitimar a confirmação empírica dos argumentos teóricos científicos. Essas teorias vão confirmar que devido a medidas e diferenças de tamanho de crânio entre negros, brancos e mulatos suas condutas e comportamentos são explicáveis. É importante ressaltar que essas teorias vieram acarretar sentidos pejorativos aos sujeitos negros e mulatos, afirmando sua disposição ao trabalho e atitudes maléficas e perversas. Ortiz (2012), cita a relação que o discurso científico acarreta em abordagens pautadas nas qualidades entre nacionalidades, que recai de forma cognoscível uma diferenciação funcional de realidades nacionais, tal discurso se direciona a miscigenação e ao mulato.

Em contrapartida após discursos e teorias científicas que procuraram justificar e concretizar o status de inferioridade biológico dos negros e mulatos surge influências posteriores que apegam-se ao conceito de cultura ao invés de raça. Estudiosos como Franz Boas, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda reinterpreta a problemática da “raça” resignificando uma ideologia de cultura brasileira. Toda negatividade que girava em torno do mulato se desenha em possibilidades de análises nas diferenças entre condições sociais. Na obra *Casa Grande e Senzala*, Freyre (2006), aponta as relações dos negros escravizados e o português de forma harmoniosa e essencial para o desenvolvimento da sociedade econômica brasileira e da formação da identidade nacional, tais argumentos ao romantizarem as relações desvia as teorias racistas e vão ganhando uma nova interpretação, pois ao destacar o negro e mulato como essenciais para formação da sociedade brasileira o mito da democracia racial vai se estabelecendo nas inter-relações. A miscigenação foi algo que permitiu demarcar ainda mais posicionamentos e configurar uma estrutura condicionada e estável na sociedade escravocrata, enquanto a ciências direcionava toda uma representação ineficaz do mestiço Freyre explicita a positividade do mesmo. Com a interpretação pacífica que alguns estudiosos agregam as relações dos negros com os colonizadores e sua essencialidade, acontece uma reordenação de pensamentos que por sua vez emitem ações que dissimula o racismo.

Os pensamentos dos autores mencionados a cima, propicia o fortalecimento do mito da democracia racial. O mesmo se faz tão evidente nas relações sociais que denota impedimento que o negro se posicione contra as exclusões ao qual o mesmo vem sofrendo dentro da sociedade, e isso impossibilita que ele se instaure no mundo da economia, política e outras repartições os quais os brancos ocupam.

O autor Florestan Fernandes (2007) em sua obra “O negro no mundo dos brancos” aponta o crescimento e transformação rápida na Cidade de São Paulo e a falta de inserção do negro nas mudanças da vida urbana, porém isso também vem demarcar uma imobilidade entre classes ao qual o processo de escravidão respinga atualmente, exigindo uma “segunda abolição”.

Segunda abolição essa que carece de reinterpretações junto das oportunidades e lugares que são ocupados e instituídos aos negros. Nesse sentido, cabe mencionar também que nossa sociedade mascara os problemas raciais na ideia de que o negro não enfrentou problema de justiça social, todas as oportunidades foram dadas. Por isso também relaciona-se a forma de tratamentos na sociedade escravista, as relações “harmoniosas” que muitos acreditam existir perpassa nessa estrutura, que aliás foram influenciadas por grandes estudiosos, como Gilberto Freyre, pois ao romantizar a ligação entre os negros e seus senhores, difundiu a ideia de que não existia uma relação que demonstrasse dessemelhança baseado na cor, tanto os senhores como os escravizados precisavam uns dos outros. A ideia de serenidade e naturalidade dessas relações, apontadas por Freyre, está associada a uma correspondente justificativa a processos embutidos de preconceitos que foram socialmente construídos.

No período colonial os escravizados que eram leais ao seu senhor e tinham um comportamento devidamente esperado de um bom servo aproximava-se da figura do branco por terem atitudes desejadas pacíficas e aceitáveis a suas condições. Devido a passividade de alguns negros em consentir seu estado de escravizado o senhor lhe colocava em algumas posições, posições essas que se desenhavam na vestimenta adequada para determinado serviço ao qual o negro estava ocupando, mudanças em categorias de trabalho, entre outras. É importante dizer que todas essas “solidariedades” do colonizador se configuravam em intencionalidades de manter ativo na mente dos escravizados que a melhora de condições do trabalho dependiam de seus méritos. *Se o comportamento do negro fosse condizente com a*

expectativa do senhor aquele negro era considerado um espelho do branco, por conter “boas condutas”, “dócil”, e todas suas ações corresponderiam as que fossem esperados de um “bom negro”, ele era tido como melhor e semelhante ao branco, Fernandes (2007).

O mito da democracia racial apontado por Fernandes nos indica um entendimento sobre as formas que se dão as relações entre negros e brancos em nossa sociedade. Isso implica vários posicionamentos que são adotados pelas pessoas em nosso meio social, e suas justificativas e/ou naturalização de situar tais atitudes. Essas relações se delimitaram desde o período escravocrata ao qual a falsa harmonia entre senhores e escravos era pregada pela sociedade escravista. As relações do senhor com os escravos se propagavam de maneira pacífica, trazendo uma perspectiva que repousa na estabilidade e equilíbrio dessas relações.

Trazendo a discussão para a atualidade, podemos notar que a democracia racial que a sociedade acredita existir reflete em posturas que há tempos remotos correspondiam relações entre senhores e escravos, porém nos tempos atuais suas manifestações se configuram de outras formas. Os modos de condicionamento e limites que o negro encontra na sociedade lhe insere num quadro de atraso e segregação social. A falsa democracia racial é cruel, pois ela afirma que as oportunidades são dadas da mesma maneira para brancos e negros, pode até ser verídico que as oportunidades sejam dadas para todos, mas a maneira com que a mesma é direcionada induz uma separação e exclusão racial. Ou seja, se existe igualdade de oportunidades, não existe igualdade de condições.

Dentro das estruturas sociais que reúnem posições acentuadas é visível quem são os sujeitos que estão em cargo mais elevados e aqueles que ocupam os cargos mais baixos, isso referencia as formas de como são dirigidas as oportunidades na sociedade. A ideia de que a sociedade é justa e não possui problemas raciais se consolida na permanência de democracia racial enraizada no pensamento dos indivíduos. Esta ideia se torna forte porque, através das Instituições, incluindo aí a Instituição educação, há um processo que busca introjetar nas mentes humanas a ideia de inferioridade e incapacidade das pessoas negras e as vítimas (as pessoas negras) não estão imunes a este pensamento racista. Decorre daí que muito comumente encontramos pessoas negras que acreditam estar fadadas ao insucesso.

Sim, como disse a Teoria Marxista a educação pode escravizar ou emancipar. Uma educação com viés racista é uma poderosa arma que pode destruir a autoestima negra atuando na construção do “não ser”. As relações sociais se consolidam tanto no mito de democracia

racial que o sujeito negro ao não encontrar-se nos perfis padronizados, esconde-se de sua própria identidade aproximando-se do “ser branco”, ele procura esconder seus traços fenotípicos para preencher um vazio que se instaura na falta de reconhecimento e representação, pois precisa se inserir no “mundo dos brancos”. O branqueamento acontece como forma de ser “aceito” na sociedade, se revela tão sutil que tal condicionamento não é sequer notado pelo negro, que tenta se aproximar de uma estética que não condiz com seus traços.

O mito da democracia racial é tão perverso que limita seu reconhecimento e características, desconhecendo o fator cultural, não identificando-a como identidade. O mesmo se assola nas relações interpessoais, onde os sujeitos ao relacionarem-se desenvolvem ao mesmo tempo o preconceito aleatoriamente correspondente “ao preconceito de não ter preconceito” apontado por Florestan Fernandes. O preconceito de não ter preconceito na visão de Fernandes se manifesta em uma “falsa consciência” do branco que tem dimensão do que é agir a tal modo, mas demonstra as ações racistas em seus comportamentos.

Em lugar de procurar entender como se manifesta o “preconceito de cor” e quais seus efeitos reais, ele suscita o perigo da absorção do racismo, ataca as “queixas” dos negros ou dos mulatos como objetivação desse perigo e culpa os “estrangeiros” por semelhante “inovação estranha do caráter brasileiro”. (FERNANDES, 2007, p. 42).

Todavia essa realidade vem sendo arrastada até os dias atuais, pois o negro sofre o racismo e o mesmo ainda é apontado como se houvesse um exagero por sua parte ao afirmar constantemente que as demonstrações racistas estão presentes a todo o momento. Todas essas condições que criaram uma estrutura desfavorável ao negro media a exclusão e impede uma ascensão social da população de cor. A sociedade insiste em dizer que as oportunidades foram e são iguais, porém as condições de vida de quem é negro se diferem significativamente dos sujeitos que são brancos. A busca do negro por uma integração plena na sociedade está em absoluto e intenso andamento.

2.1 OS MOVIMENTOS NEGROS COMO PRINCIPAL EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A luta do povo negro sempre obteve árduas implicações, mesmo antes da abolição de 13 de maio de 1888 os escravos já estavam libertos, porém submetidos a uma falsa liberdade. Mesmo quando abandonaram a condição de escravizados não deixaram de ser observados como sujeitos destinados ao trabalho pesado e severo, e como seres maléficos e ruins.

O estado de inferioridade imputado ao negro como indivíduo sem qualidades, impuro entre outros adjetivos pejorativos perpassam no cenário da sociedade até os dias atuais. Quando ocorreu o pós-abolicionismo eram propagadas várias formas que afirmassem que o negro era inferior por natureza, as classes que possuíam poder aquisitivo e todas as outras classes reproduziam a inferioridade do sujeito negro. O julgamento de inferioridade conferida à população negra se reproduziu ainda mais quando as ciências biológicas atribuíram que o crânio de uma pessoa negra e mestiça eram diferentes do crânio de uma pessoa branca. Foi afirmado que pelo tamanho do crânio do indivíduo sua capacidade de inteligência era menor, suas “más qualidades” eram explicadas como naturais de quem fosse negro. Isso contribuiu ainda mais para que a discriminação racial se perpetuasse nas relações sociais e promovesse hierarquias. O branco tido como inteligente, competente e bom, o negro olhado com desprezo, como inferior por natureza, e como mau e ruim, prejudicou de forma significativa as condições e oportunidades de vida da população negra.

Os movimentos contra o racismo se deram desde muito tempo por meio das reivindicações dos direitos trabalhistas, salariais e principalmente de implementação da História e cultura da África nos ensinamentos escolares, e a importância do povo negro para formação da sociedade brasileira. “O jornal Quilombo, liderado pelo intelectual e militante negro Abdias do Nascimento, já indicava a necessidade de educação formal para os negros como uma condição necessária a superação da exclusão sócio-racial a que estavam submetidos”. (Secad 2005, p. 22/ Coleção Educação para todos). Lutas e resistências contra o racismo foram intensas e essenciais para abrir caminhos que nos levassem ao direito de sermos reconhecidos e valorizados como figuras importantes em nossa sociedade e na construção da nossa história.

A frente negra brasileira foi o primeiro movimento organizado integrado pelo povo negro e possuía diversas filiais pelo Brasil. Surge em 1931, com o intuito de discutir as políticas para a população negra que se encontrava em condições extremas da integração social. O movimento surge logo após o abolicionismo com a intenção de denunciar e discutir

as desigualdades existentes sobre o povo negro numa sociedade que alegava não existir preconceito de cor, assim chamado naquele período. A frente negra brasileira é criada para lutar pela educação da população negra, pois nessa época os negros não tinham direito a frequentar a escola, assim criou-se escolas para alfabetizar crianças, jovens e adultos negros, além das escolas a frente negra tinha outras repartições como clubes para entretenimento dos sujeitos negros e instâncias que disponibilizavam atendimento médico gratuito. A organização da frente negra brasileira obtinha um jornal intitulado “a voz da raça”, no qual o propósito era divulgar as ações do movimento. Sendo uma organização importante para os primeiros passos pautados em lutas, o movimento durou pouco tempo foi de 1931 a 1937. Os integrantes do movimento percebendo que eles só teriam força maior para alcançarem conquistas grandiosas se os negros tivessem representantes que dessem visibilidade a suas condições, pensando por esse ponto o movimento resolveu transformar a frente negra brasileira em partido político, porém com o golpe do estado novo, o presidente Getúlio Vargas acabou com todos os partidos políticos, e dessa forma foi extinta em decorrência dessa situação.

Em tempos longínquos, reivindicações em favor de mudanças no cenário educacional foram peças fundamentais em torno da inserção da História e cultura africana como fator essencial para formação da sociedade. Em 20 de Novembro de 1995 aconteceu em Brasília a Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo e pela cidadania. O movimento tinha líderes negros que denunciavam à discriminação racial no Brasil. A marcha obteve como propósito entregar ao chefe do Estado brasileiro o projeto intitulado Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial para que pudesse ocasionar mudanças nos ensinamentos escolares, na formação dos professores e no cenário educacional como um todo.

Esse movimento importante trouxe algumas conquistas como o 20 de Novembro, intitulado como dia da Consciência Negra, onde fosse trabalhado nas escolas de forma construtiva para os alunos a relação da data com os movimentos e conquistas dos negros. Após o movimento foi indicado Leis de regulamentação nos artigos previstos na constituição do Estado da Bahia para que ocorressem modificações no ensino, como é o exemplo da implementação da Lei Federal 10.639/03 que prevê a obrigatoriedade do ensino e cultura Afro-brasileira e africana nos currículos escolares. A formação docente também foi um elemento considerado preponderante para que essas mudanças ocorressem de modo pleno no ambiente educacional e nas relações dentro da escola. Os movimentos continuam

incansavelmente para atingirmos um quadro que faça com que nossas crianças aprendam a real História e Cultura do povo negro sem estereótipos, e isso é de fundamental importância para quebrarmos a discriminação racial e desfazer a supremacia branca. Nos espaços escolares vemos nas relações estabelecidas o preconceito que é situado às pessoas negras por parte dos alunos e dos professores.

Na educação brasileira a ausência de uma reflexão sobre as relações no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano escolar. (Secad, 2005, p. 11/ Coleção Educação para Todos).

Pode-se notar que a falta de reflexão e o modo como a imagem do negro é transmitido nas escolas reproduz uma suposta inferioridade dos negros sobre os brancos. A falta de agenciamento para que esse racismo seja quebrado principalmente nas relações escolares poucos são abordados pelos professores, mesmo com a Lei 10.639/03, que contempla o ensino da História e cultura afro-brasileira, este ensino é especificado a algumas disciplinas, como por exemplo: o componente de história, sendo que essas questões devem ser abordadas em todas as disciplinas de modo formador ao indivíduo para que ocorra uma abordagem reflexiva e atuante da sua própria história. É preciso que no convívio escolar os profissionais estejam atentos aos círculos dos alunos, pois nessas relações são reproduzidos estereótipos do negro que afirmam uma inferioridade construída perante o branco. Os apelidos que denotam uma diferença natural apontam a perpetuação de preconceitos que se baseiam nas dessemelhanças do fenótipo. Algumas vezes são presenciados conflitos entre os alunos que expressam suas raivas por meio de apelidos discriminantes, “cabelo de bom bril”, “macaco”, essas situações são notadas pelos profissionais da educação como brincadeira de criança, e ainda afirmam que entre elas não existem qualquer discriminação racial, pois fora desses atritos os alunos conversam e convivem harmoniosamente no ambiente escolar.

O fato de convivemos todos juntos e supostamente “bem”, não significa que não exista racismo naquele meio, pois sempre quando há situações de desentendimentos os adjetivos pejorativos referentes ao negro são expressos nos diálogos. No espaço escolar isso se torna prejudicial para o desempenho do aluno que é discriminado, pois o mesmo se sente diminuído, oprimido, desqualificado diante dos outros colegas. Infelizmente falta uma postura educativa dos professores e professoras frente a essas questões, muitos encaram esses

conflitos sem nenhuma importância, como birras de criança e como se essas tensões não interferissem nas suas relações nem no seu desenvolvimento escolar. Porém, reforçar esses adjetivos negativos que durante anos vem sendo associado as histórias do povo negro reforçará ainda mais uma suposta inferioridade. O posicionamento do professor favorecerá para que essas relações se modifiquem ou continuem ligadas a um conceito estereotipado frente a questões raciais, sua atuação terá um papel crucial para propagação positiva ou negativa nas compreensões referente a temática.

2.3 OS PRIMÓRDIOS DA LEI 10.639/03

Até final dos anos 90 ainda tínhamos nas escolas de todo o país um cenário desalentador no que se refere à questão racial. A História dos Africanos ainda era contada de forma errônea e cheia de estigmas, e a valorização da cultura Afrodescendente para formação da sociedade brasileira não era salientada muito menos apresentada como essencial. Isso aponta indícios para que se reforce a inferioridade que foi conferida aos negros e sua História, nos livros didáticos usados nas aulas a referência que se faz de modo positivo sempre é dirigido ao sujeito branco, logo podemos perguntar como esses alunos vão construir sua identidade e se orgulhar da mesma se é repassada como inferior e desprezível?

A ocultação de um debate que se mencione o diferente como conjuntos complementares para se pensar e se chegar a condições democráticas na busca de igualdade de direitos faz emergir uma falsa compreensão do outro. Nos espaços escolares os diversos profissionais atuantes nesse ambiente acabam considerando como naturais as piadas racistas e não percebem que algumas atitudes expressam uma nítida exibição do racismo. Essas violências são mais profundas e impactantes nas crianças que ainda estão em uma construção ingênua do conhecimento. Percebemos o quanto esses conflitos raciais entre os alunos são intensos nos posicionamentos dos mesmos quando são indagados sobre sua cor. A construção de sua identidade está tão comprometida, quanto confusa. Ao presenciar o ato discriminatório dos alunos o professor, ou qualquer outro profissional da educação que não se manifesta no sentido de repreender essas ações concorda e afirma tal preconceito. Quando não há interferência nesses conflitos eles vão se agravando na medida em que o aluno vai tendo

espaço para demonstrar o racismo sem achar que é uma pessoa racista, pois o mesmo sempre presenciou tais acontecimentos dentro do espaço educacional e no cotidiano extraescolar.

Quando não se proporciona reflexões, indagações e entendimentos sobre uma história conterà brechas para referenciá-la da forma com a qual foi repassada durante muito tempo, e até atualmente, sendo assim como os sujeitos vão querer se exemplar em pessoas “miseráveis”, “ruins”, “maléficas”, dentre outras denominações destinadas ao negro. As histórias que são contadas sobre a História e Cultura Afro-brasileira correspondem a um reforço da falsa democracia racial que nossa sociedade afirma existir, e que são reproduzidos por docentes que deveriam ter uma postura contrária, porém a falta de formação inicial/continuada nessas questões também são fatores contribuintes para esses episódios se repetirem.

Observamos nos livros didáticos que servem de base no contexto escolar os moldes como a figura do negro é colocada e mencionada, sempre em posições de baixa referência e inferioridade. O indivíduo negro é citado diversas vezes como inferior ao sujeito branco, e por vários fatores isso não é questionado em nenhum momento pelo professor, porém se houver influências por parte do docente que intercale ações reflexivas poderá ser proporcionada explorações indagativas do pensamento em seus alunos para começar a reverter o quadro de inferioridade do negro que permeia nas mentes dos discentes.

Ao longo da nossa trajetória escolar ouvimos que ser negro é algo ruim e negativo, quando não temos referência positiva de algo ou alguma coisa logicamente não vamos nos reconhecer em tal indicador. Para alguns sujeitos reconhecer-se negro é o mesmo que afirmar que são inferiores as outras pessoas, ele se ilude em dizer que é de qualquer outra cor, mas negro não, e traça inúmeros argumentos para acreditar na sua afirmação. Se essa postura em adultos está permanente e definida, imagina tal posicionamento de uma criança, que está formando seus conceitos e baseando-se nas opiniões e exemplos dos adultos a sua volta? Ela demonstra claramente que não quer ser negra porque sua cor é clara, e ser negra é ter a tonalidade de pele excessivamente escura. A construção da identidade mais uma vez se confunde no pensamento de sujeitos que não sabem sequer o que é identidade racial. Essas questões no meio escolar se proliferam rapidamente, pois a falta de entendimento reflexivo faz com que esses assuntos não sejam debatidos e continuem sendo citados de modo negativo.

Nos conteúdos trabalhados em sala de aula as referências negativas e estereotipadas direcionadas a cultura africana confunde sua essência, criando assim dogmas sobre a mesma. Quando estamos inseridos num espaço educacional o esperado é que ele promova pensamento crítico, porém infelizmente não é isso que estamos presenciando. Vemos o ambiente escolar reforçar e facilitar uma suposta superioridade do branco diante do negro. Quando tal condição é posta fica improvável que se espere um posicionamento correto frente as questões étnico-raciais. Em decorrência desses fatos os alunos que se encontram naquele meio não se reconhecerão em um sujeito negro, visto que, os estereótipos representam inferioridade e negação da imagem negra.

Os estigmas pejorativos que são usados para citar o negro se manifestam nos conflitos escolares entre os alunos, que por sua vez normalizam alguns apelidos. A visão que é passada de ser inferior por natureza traz consequências que fazem surgir descontentamento e desinteresse em frequentar a escola. A evasão escolar que examinamos aos alunos negros pode ser mencionada em contrapartida desses conflitos escolares e da baixa autoestima que a criança adquiriu por reforços persistentes de preconceitos. Porém há uma questão importante que não podemos deixar de salientar, as interpretações dos altos índices de evasão escolar da criança negra em relação à criança branca são explicadas como se essas crianças negras fossem menos inteligentes e relapsas no estudo, reproduzindo mais uma vez o status de inferioridade. Não se tem uma consciência que a falta de oportunidade, que desde muito cedo são enfrentadas pelas crianças nos espaços educacionais modificam de maneira negativa seu desempenho naquele espaço, e por muitas vezes a melhor opção é desistir de estudar.

2.4 SÉCULO XXI- A LEI 10.639/03 E A LEI 11.645/08 – MUDANÇAS E PERSPECTIVAS

No início do século XXI presenciamos momentos importantes no contexto social no que concerne discutir questões relacionadas as diversidades e sua efetivação no ambiente escolar. Podemos dizer que os debates sobre a diversidade, seja ele no âmbito escolar ou na sociedade como todo, atinge níveis discursivos consideráveis para desmistificar opiniões prévias sobre diferenças culturais. A escola como sugere ser um lugar que se discuta assuntos dessa ordem propaga determinadas atitudes que reforçam ainda mais graus de intolerância a

grupos diferentes. Mesmo em condições que ainda precisam ser reorganizadas, vivenciamos um momento ímpar no que refere-se a descolonização dos currículos, como salienta Gomes (2012), nos direitos que conquistamos em dialogar sobre as questões étnico raciais no espaço escolar.

Após a implementação da lei 10.639/03 obtivemos exercícios constantes de incluir nos currículos escolares o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, com a respectiva lei federal foi possível adotar medidas que viabilizem as discussões raciais abordando sua real importância para construção da sociedade. Com a implementação desta lei surge uma maior probabilidade de atividades que envolvem as questões raciais. Nos currículos houve uma mudança tímida nessa perspectiva. Pois ainda encontramos algumas escolas que abordam a temática de forma folclórica, e traça algumas atividades somente em determinadas épocas do ano. As dificuldades de incluir a lei nas discussões rotineiras da sala de aula ainda se limitam, porém a lei trouxe uma condição que corresponde à escola incluí-la e elaborar trabalhos atrelados ao que a lei propõe.

Sobretudo a lei 10.639/03 veio com um caráter de discutir de forma assídua as diversidades étnico-culturais, e as questões de ordem racial. É importante que se pontue nas discussões o conceito raça, é importante trazer nos currículos que esse conceito é um termo usado socialmente. A inserção da lei nos currículos é uma referência essencial na formação de professores, que é outro ponto que não pode passar despercebido. Com isso o debate em prol da formação de professores se tornou um ponto efetivo influenciado pela lei 10.639/03 ao percebermos que tais questões careciam de profissionais capacitados e com formação sobre a área, foi evidente se pensar o quanto a formação inicial e continuada precisaria ser reorganizada.

A lei traz enfoques necessários sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana a fim de superar questões de origem discriminatórias, racistas e desconstruir o mito a democracia racial. Todos esses pontos citados anteriormente são de grande relevância para que se almeje uma mudança estrutural e positiva no cenário escolar. É fundamental falarmos da alteração que a lei 10.639/03 sofreu passando a vigorar a lei 11. 645/08 que inclui o ensino da história e cultura indígena nos currículos escolares. Representa um teor importantíssimo para descolonização estudar a cultura indígena, pois o que presenciamos nas escolas são abordagens errôneas sobre os povos indígenas. Primeiro porque os povos indígenas não se

resumem somente a uma etnia, são várias etnias que compõem a cultura indígena e essas questões não são pontuadas nas escolas. Um segundo ponto refere-se a cultura indígena como algo estagnado que se manifestou no passado, como se os povos indígenas fossem pessoas antissociais que geralmente não são encontradas em espaços acadêmicos, empresariais e de outras instâncias do convívio social. Fazer a alteração da lei 10.639/03 para 11.645/08 e incluir o ensino da cultura dos povos indígenas almejou possibilidades de aprofundamento das realidades de grupos étnicos e visões das histórias sobre os povos indígenas que foram contadas na visão do colonizador. Porém, mesmo com a alteração permanecem impasses que implicam a um real esclarecimento do que a lei propõe, pois a visão do “índio” é revestida como um indivíduo exótico.

No entanto, com inúmeras demandas que precisam ser repensadas a inserção das leis citadas, anseia que se estabeleça uma discussão não só sobre as questões da cultura africana, mas também se atrele as indígenas para dar enfoque as duas temáticas e exibir a presença de ambas na formação a sociedade brasileira. É urgente que as propostas pedagógicas construam e programem seus conteúdos referentes a essas questões e insiram-na nas aulas de forma efetiva com um encaminhamento apoiado numa mudança, tanto conceitual como estrutural.

3. CAPÍTULO METODOLÓGICO: PESQUISA QUALITATIVA DE CUNHO ETNOGRÁFICO

Foi no final século XIX que a pesquisa qualitativa começou a ser mencionada quando os cientistas começaram a indagar e criticar o método de linha de pesquisa positivista de Comte, que seguia pela perspectiva das ciências físicas e naturais. Esse modelo foi repensado, pois adotavam um padrão em linhas gerais para o estudo dos fenômenos humanos e sociais. Alguns historiadores como Dilthey foi um dos primeiros a analisar a metodologia de pesquisa das ciências físicas no século XIX e problematizar a ideia de converter outra técnica de pesquisa, pois esse modo de pensar não contemplava a maneira de interação e entendimento dos dados implicados na pesquisa.

A principal crítica ao método das ciências naturais era justamente o modo com o qual eram abordadas as informações colhidas. Os processos humanos em sociedade se dão de forma dinâmica e simbólica, isso implica uma interpretação subjetiva para compreender os significados atribuídos ao foco da investigação. Um dos defensores dessa ideia é o sociólogo Weber, que reforça de forma essencial a configuração da pesquisa qualitativa, pois o que a diferencia da ciência física é o entendimento conferido as ações do sujeito, pois esse significado só pode ser compreendido dentro de um contexto ao qual o indivíduo está inserido.

A sala de aula por ser um lugar dinâmico, propícia o tipo de pesquisa qualitativa e de cunho etnográfico, pois se enquadra devidamente em uma observação no círculo da sala de aula, por situar de forma preponderante as relações e interações no espaço escolar, a pesquisa qualitativa contribui para o entendimento revisado de uma determinada situação.

A pesquisa qualitativa propõe uma abordagem interpretativa da realidade, do sujeito e suas inter-relações, ou seja, ela está em uma constante associação com atitudes do indivíduo e seus significados. O ambiente da sala de aula é um lugar que as relações estão em constante movimento, por este motivo, a pesquisa qualitativa sugere uma ideia de reinterpretar dessas relações rotineiras, tais avaliações feitas irão corresponder para uma configuração sistemática da prática escolar que irá refazer esse movimento de aproximação do foco da pesquisa. A abordagem qualitativa se preocupa principalmente com a reciprocidade do objeto de pesquisa e seu pesquisador, suas influências envolvem o ponto chave para seus estudos. As

relações, ações e influências estão em paridade e de forma dependente, deste modo se torna um aspecto conveniente para notar o que ocasiona acontecimentos na rotina escolar. Por ter como foco primordial as inter-relações do sujeito e como elas se manifestam em determinado ambiente, sua origem será muito relacionada aos aspectos fenomenológicos. Na visão dos fenomenólogos é o sentido dado as experiências que constitui a realidade, ou seja, a realidade é “socialmente construída” (Berger e Luckmann 1985).

As vivências cotidianas visadas na pesquisa qualitativa são essenciais para compreensão das relações sociais do homem, essa expectativa se manifesta nitidamente na ênfase da visão da fenomenologia. As correlações do sujeito se dão de forma muito subjetiva, principalmente do ponto de vista aos quais tais relações são analisadas, as interações diárias que vão de encontro com a realidade do indivíduo tem interferência expressiva na maneira de agir de cada um. É com base nesses aspectos que surge a formulação do interacionismo simbólico, que assume como pressuposto que a experiência humana é medida pela interpretação, a qual não se dá de forma autônoma, mas à medida que o indivíduo interage com o outro (André 1995, p. 18).

É com base nas interações com o outro que vamos ganhado conhecimento para atribuir significados e compreensões do que acontece a nossa volta. A visão que temos de nós se fará sempre com base no conceito prévio de opiniões alheias, por isso, a pesquisa qualitativa tem o objetivo de entendimento e compreensão do que acontece no pensamento que formula as ações cotidianas no sujeito. Essa concepção no espaço escolar será uma tática que proporcionará eventos de influências favoráveis para traçar a compreensão dos fatores implicados no estudo. O interacionismo simbólico estuda essa prática de procurar entender essa estrutura das atividades rotineiras que interferem e tecem um comportamento na conduta humana. É válido ressaltar que, os estudos comportamentais e suas interações como foco na pesquisa qualitativa desenvolvem-se com base na sociologia e antropologia, ambas por buscarem entendimento do comportamento humano na vida em sociedade.

Dessa forma, onde as ações humanas são de fundamental relevância para função nessa linha de pesquisa, surge à tendência da etnografia.

3.1 UMA DESCRIÇÃO SOBRE A ETNOGRAFIA

O significado preciso da palavra etnografia concede a descrição densa sobre os valores, crenças, hábitos culturais, as práticas de um povo, um relato escrito que integram um conjunto de técnicas (ANDRÉ apud, GEERTZ 1973). A etnografia está implicada em tentar entender as práticas, as personalidades, entender esse movimento dinâmico que compõem diferentes hábitos culturais da integração social. A pesquisa etnográfica se associa ao significado da palavra específica para focar a descrição minuciosa, com isso ela ganha força nas pesquisas de ordem educacional para compreender os processos que permeiam o cotidiano escolar. Ela será de grande importância no espaço educacional, pois se preocupa mais com o entendimento do que acontece e suas influências do que no resultado concreto, como abarca outros tipos de pesquisa, como por exemplo: a quantitativa.

A pesquisa etnográfica terá maior inquietação na análise comportamental das interações do pesquisador com o objeto pesquisado, ou seja, o pesquisador é o instrumento mais importante na coleta de dados e na revisão do mesmo. Na descrição etnográfica precisamos primeiramente compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, antes de ser examinada diretamente, afirma Geertz, 1973. A análise que se pretende fazer na etnografia requer uma coleta de dados em que a descrição destas coletas seja minuciosa e densa, a ponto de construir uma leitura tão detalhada que outro sujeito que faça a leitura consiga visualizar imaginariamente o que está lendo. As principais características da descrição etnográfica são interpretativas, “[...] o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o “dito” num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixa-lo”. (Geertz, 1973, pág. 15).

Nesse sentido o discurso social é de certo modo transformado, pois a interpretação que ele sofre causa uma releitura com base nas observações que o etnógrafo pontua. A etnografia está acompanhada de fatores que permeiam as construções humanas, o comportamento do indivíduo se constitui como principal fundamento de estudo na linha etnográfica, desse modo é importante ressaltar que Geertz traz em seus estudos sobre a etnografia e destaca que a mesma são “dados da nossa própria construção das construções de outras pessoas”. Todavia isso leva-nos a crer que nossas interpretações estão acarretadas em influências de outras

opiniões, porém esse contexto deve ser descritos de forma inteligível, ou seja, sem perder a essência da sua definição real.

É importante também frisar que o objeto da etnografia se dá através de ensaios de imitações, que por sua vez são percebidos e interpretados, o que nos leva a uma análise detalhada de determinada observação. É nesse propósito que o tipo de pesquisa de cunho etnográfico se encaixa no ambiente escolar, pois busca entender como ocorrem tais fenômenos e porque eles se manifestam daquela forma. Levam em aprofundamento questões eloquentes ao foco pesquisado, e conforme a pesquisa for se desenvolvendo a metodologia irá sendo modificada. Outro ponto que não podemos deixar de mencionar é que na pesquisa etnográfica o pesquisador não vai a campo com métodos já prontos e estabelecidos, é claro que deve-se ter uma concordância teórica, mas, a avaliação de qual metodologia se enquadra melhor naquele espaço se dará no decorrer do estudo e observação.

Para analisar a prática docente o estudo de cunho etnográfico é promissor e adequado, pois, ele nos aproxima da linguagem, do cotidiano do dia-a-dia escolar, nos faz interagir com o outro e observar comportamentos e o que eles podem dizer, porém é conveniente demarcar como aponta Geertz que a pesquisa etnográfica exige uma descrição densa, e isso requer tempo, o que faço aqui é uma pesquisa que usa métodos de cunho etnográfico. Como na pesquisa etnográfica o pesquisador é o principal instrumento de avaliação do estudo, ele tem que ter uma postura ética em relação aos dados que irá perceber ao longo do estudo, não se deve mencionar só aquilo que o pesquisador acha que lhe convém, mas reinterpretar signos que lhes foram notados. Um olhar de distanciamento, porém não neutralidade, servirá para mediar um desempenho nas abordagens. O pesquisador sempre terá que estar atento às condutas que refletem no comportamento do sujeito observado, a sua presença naquele ambiente poderá levar a modificações nessas práticas, por isso a pesquisa etnográfica exige certo tempo no ambiente pesquisado e uma aceitação plausível por parte dos observados.

Na sala de aula há diversas ações e reações, o cotidiano escolar é complexo e cheio de significados em suas práticas, para tentar se aproximar desse contexto e entender o que ocorre em seu interior é necessário o uso de técnicas de cunho etnográficos que visem entender tanto as relações como as práticas docentes, e principalmente o que as levaram ou levam a agir de tal forma. A conduta profissional de muitos professores expressam sua falta de formação continuada, ou uma desqualificação do trabalho.

A pesquisa de cunho etnográfico em ambientes escolares é importante, pois visa compreender tais acontecimentos mais do que tentar solucioná-los, o entendimento é o intuito primordial para produção das abordagens que serão descritas na pesquisa. Por isso o pesquisador deve estar atento aos fatos que presenciará na sala de aula, as ações condizem muito com a realidade de cada um e como essa realidade é percebida por eles. É possível que de acordo com as pluralidades do ambiente precisem ser recriados procedimentos de coletas pelo pesquisador, mas é justamente essa “instabilidade” que move o tipo de pesquisa etnográfica, pois as técnicas vão se modelando no trajeto da abordagem.

Como conceituado acima, a pesquisa qualitativa e de cunho etnográfico se vinculam no processo de interpretação das inter-relações e suas implicações, o espaço escolar é um lugar onde encontramos múltiplas situações dessas relações. Tentar entender tais práticas dialogando com conceitos teóricos de pesquisa implica identificar significados para configuração dos mesmos.

Cada sujeito expressa em ações rotineiras o que lhes são representados. A prática docente no contexto escolar é uma ferramenta que contribui vitalmente para as formas de aprendizagens, e de que maneira a mesma é construída. As interações são bons exemplos disso, a forma que o professor se relaciona e retrata o conteúdo para os alunos condiciona, ou não, cada entendimento destes.

A pesquisa de cunho etnográfico traça um perfil que vai além de soluções, o entendimento e deslocamento dessa interação é o fator mais importante que tentar solucioná-los. O ambiente escolar é um espaço dinâmico, onde interpretações são examinadas conforme aquela realidade. O espaço da sala de aula é um espaço mediador, mesmo em tese, ele nos dá um aporte de inúmeras coisas que aprendemos ao decorrer de nossas vidas, observar como o docente está interagindo e agindo com seus alunos exibe uma autêntica etnografia da sua prática.

É válido aqui apontar que muitos conteúdos nas escolas não são estudados devidamente, podemos citar os assuntos de caráter étnico racial, que perpassam no ambiente escolar de forma folclórica e sem o referencial necessário para uma construção formativa e identitária do educando. Esta pesquisa busca um subsídio para entender o que ocasiona tais práticas, pois ela nos envolve no panorama das interações e suas interpretações. As questões étnico-raciais são vistas por muitos docentes como conteúdo desnecessário para desenvolver

discussões ou/e abordagens durante as aulas. Por esse motivo e também pela ausência de formação continuada e apropriada alguns profissionais da educação reproduzem estereótipos errôneos sobre a imagem das pessoas negras, e essas práticas na sala de aula se tornam muito mais fortes e danosas para o desenvolvimento pleno de crianças negras.

É com base nessa perspectiva que este trabalho terá uma abordagem de cunho etnográfico, pois a etnografia em si exige uma descrição densa que demanda um tempo maior no campo. Portanto, para entender como essas relações ocorrem, e porque sucedem de determinadas formas a pesquisa de cunho etnográfico se enquadra propriamente no que o trabalho pretende situar.

3.2 DILEMAS RACIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL NO INTERIOR DA BAHIA

Com apoio de estudos sobre as pesquisas qualitativas desenhei o tipo de investigação que melhor se encaixasse para desenvolver este trabalho. Com inquietações adquiridas no espaço acadêmico com suporte em estudos optei em realizar uma observação para analisar a prática docente no contexto das questões étnico raciais. A base da pesquisa se desenha essencialmente na frequência da observação passiva na sala de aula. A pretensão das observações foi pontuar e analisar as questões que são preponderantes e eloquentes a formatação do trabalho.

De acordo com a estadia na sala de aula as observações foram se desenhando em conversas com as docentes para entender suas trajetórias, tanto de vida, quanto acadêmica, frente às questões de ordem racial. Realizou-se entrevistas com duas professoras para interpretar esses aspectos, indagações e cogitações que surgiram no decorrer da pesquisa. Fizemos perguntas nas quais foram respondidas de modo subjetivo. A escolha das professoras ocorreu de modo aleatório, não houve uma intenção proposital, mas sim uma coincidência de horários na disponibilidade da pesquisadora para frequência a campo. Também foram realizadas conversas com os alunos para entender e interpretar seus saberes e juízos prévios sobre tais assuntos. A proposta foi perceber como esse processo das relações étnico raciais e a prática docente impacta na vida dos educandos e como os mesmos agem com base no referencial do educador. Após a coleta desses dados analisamos a importância de

realizar um grupo focal para compreender mais de perto as opiniões dos educandos sobre a temática racial. Escolhemos três meninas negras para integrar o grupo. O critério usado para escolha das alunas foi a proximidade da residência das mesmas com a localização da pesquisadora. Pelo fato das meninas residirem na mesma localidade da pesquisadora a facilidade para os encontros do grupo foi mais favorável. Foram feitos cinco encontros com as meninas do grupo focal para discussões e exposição de vídeos sobre a temática racial, após cada atividade foi questionado sobre o entendimento das meninas e suas opiniões.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR E SEUS SUJEITOS

Este trabalho foi realizado na Escola Municipal em uma comunidade rural, mais precisamente no recôncavo da Bahia na Cidade de Amargosa. A escola tem séries que vão da educação infantil ao 6º ano do Ensino Fundamental II. A instituição possui biblioteca, refeitório, sala do diretor (a), área de lazer, tanto dentro como fora do espaço interno, seis salas, e andamento para construção de outras. Ao todo a escola contém quinze funcionários, entre eles oito professores, três merendeiras, uma auxiliar de serviços gerais, um porteiro, uma diretora e um coordenador pedagógico.

Para andamento da pesquisa trabalhamos com as séries iniciais do Ensino Fundamental, mais especificamente uma sala do 6º ano, a fim de observar como é aplicado o trabalho e os conteúdos sobre as questões étnico raciais. Como já mencionado anteriormente a escola está localizada em uma zona rural, ou seja, uma escola que se desenha numa estrutura do campo e possui especificidades educacionais de toda escola que se localiza no campo. A escola fica no centro da localidade, perto de pontos comerciais, como por exemplo, posto de saúde, correio e cartório.

Os alunos que frequentam a instituição são da própria localidade e também outros discentes se deslocam de regiões circunvizinhas. Como uma escola do campo ela se configura em uma estrutura que agrega condições específicas, a maioria dos professores conhece a realidade dos educandos, o convívio social, familiar e os problemas que alguns possuem e seus motivos. Alguns professores desta escola residem na própria comunidade e outros veem da Cidade de Amargosa, pela demanda de novas séries do Ensino Fundamental II a exigência por mais professores aumentou.

A escolha do local que a pesquisa foi realizada possui pontos em específico que vão ao encontro da realidade vivida pela pesquisadora. Para tanto é importante salientar que o campo da pesquisa está situado na localidade a qual a pesquisadora reside e teve parte da sua trajetória escolar situada na mesma escola que a pesquisa foi realizada. Por ter estudado nessa escola meu interesse em realizar a pesquisa surge como forma de proporcionar uma interpretação das relações nesse espaço e contribuir futuramente com instrumentos que deem amparo teórico no discurso e nas práticas educacionais da escola.

Além de ser uma escola do campo, agrega peculiaridades que precisam ser analisadas mais de perto, a pretensão de realizar a pesquisa neste local também surge com a intenção de contribuir para a implementação de uma educação antirracista em uma escola da zona rural. Observa-se que dentro do contexto escolar as questões de ordem racial ainda são silenciadas seja por falta de formação docente, seja pela dificuldade de uma efetiva integração no currículo, que infelizmente ainda se encontra numa invisibilidade sobre a temática racial. Esse momento nos atenta para cogitar essa invisibilidade que assola o ensino das questões raciais no espaço escolar. A escola não trabalha essa temática em paridade com outros contextos ou situações corriqueiras de uma escola que é predominada pela diversidade étnico racial. Esses pontos implicam uma visão equivocada sobre o contexto. O trabalho direcionado se instaura de forma errônea com resquícios estereotipados que se baseia na figura do negro escravizado que ainda são repassadas por alguns livros didáticos. Sem contar que um grande agente para um estudo positivo desse assunto seria a formação docente, mas o que notamos é que essa formação se encontra em lento andamento.

4. FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O QUE A UFRB TEM COM ISSO? ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

A falta de discurso e a ocultação sobre as diversidades existentes vão gerando hierarquias nas relações e na postura de distinguir o outro como diferente de si e associar essa diferença a uma inferioridade. A subjetividade se atrela com as diferenças que cada ser possui, porém tais dissemelhanças agregam-se a um perfil que condiciona e minimiza a visão que fazemos dos sujeitos que não estão numa mesma “condição” referente à nossa.

As discussões sobre as diversidades associam-se a fatores que produzem relações de superioridade versus inferioridade. Ao longo do processo histórico nos habituamos a introduzir práticas culturais majoritárias, deixando de lado nossa própria identidade cultural. Essas situações configuram-se num processo permeado por uma uniformização e condicionamento da sociedade. Partindo desses pressupostos podemos notar como surgiram ideias que sustentam uma referência negativa de interpretar a diversidade. Tudo que aprendemos reflete em nossas posturas, pensamentos e modo de ver e avaliar as pessoas ao nosso redor se desenha em condutas que foram socialmente construídas, o modo pelo qual a diversidade é tratada limita posicionamentos que comportam uma revisão do que a diferença representa.

Levando esses conceitos para o espaço escolar percebemos o quanto a escola ainda reforça e reproduz valores e padrões socialmente e historicamente construídos que estereotipa a imagem que está fora da ordem padronizada, seja de beleza ou de representações positivas, geralmente tais representações não contemplam os sujeitos negros, pois não é percebida nenhuma representatividade nas atividades, muito menos nas histórias que envolvem a literatura. É claro que não podemos deixar de considerar que a formação de professores unicamente, não é capaz de superar todos os problemas da educação, mas é um passo fundamental. Nesse sentido Gomes e Silva apontam que “o movimento da sociedade atual exige da escola, dos docentes e dos formadores de professores/as a inclusão, no campo da formação de professores/as temáticas históricas que sempre foram relegadas a um plano secundário”. (GOMES e SILVA, 2011, pag. 15).

É com sustento na formação de professores que podemos repensar e revisar quais são as formas que o espaço escolar utiliza para referenciar a diversidade. Nossa sociedade se

remodela cada vez mais nos últimos anos e, esses movimentos que expõe mudanças e reconfiguração de pensamentos nas relações sociais estão diretamente atrelados com os processos de lutas. Para haver uma diferença nos processos educativos, para que comece a se pensar a diversidade como algo construído negativamente pela nossa sociedade é necessário que vejamos como se encaminharam os movimentos sociais e refletir quais camadas da sociedade compõem esses movimentos, é preciso raciocinar que as exclusões sofridas pelos sujeitos segregados estão intercaladas com a condição humana a qual foram submetidas em todo procedimento histórico.

No plano da formação de professores é preciso desenvolver processos educativos que saibam trabalhar com a diferença, não de modo a aprender a tolera-las, mas aprender a respeitar a diversidade e integra-las nas relações socioeducativas de modo que proporcione pensamentos que as diferenças são conflitos que levam a formação de uma sociedade democrática. Gomes e Silva (2011) afirmam que,

A educação escolar, entendida como parte constituinte do processo de humanização, socialização, e formação, tem, pois, de estar associada aos processos culturais, á construção das identidades de gênero, de raça, de identidade, de escolha sexual entre outros. (GOMES e SILVA, 2011, pag. 19).

Antes de qualquer coisa todo profissional é antes de tudo sujeito que possui singularidades, o docente como agente mediador de conhecimentos deve se atentar para a postura que adota em suas relações. A formação de professores deve reconhecer a importância dos processos e relações entre os indivíduos para sistematizarem as formas como se empregam as condições das “diferenças”. Buscar o entendimento e formação da sociedade proporciona subsídio para desmitificar estigmas que fomos acostumados a reproduzir. É visível que nos deslocamentos da sociedade a formação docente está em uma estrutura defasada que não corresponde com o apropriado papel que a profissão deveria exercer, a formação de professores deve estar diretamente implicada com as lutas, contestações sobre o que conduziram para esses processos, para que assim compreenda-se como a diversidade é historiada pela nossa sociedade. A formação continuada insinua que as discussões sobre a diversidade sejam demarcadas na metodologia de construção docente, mas o que podemos

observar é que quando a formação se atrela com a prática ainda existem lacunas que se manifestam no ensino-aprendizagem.

Com todos esses aspectos não podemos deixar de mencionar a questão que deve estar em torno dessa discussão em sala de aula e em todo espaço escolar, a Lei 10.639/03 que garante a obrigatoriedade do ensino da cultura e história afro brasileira nas redes públicas e privadas, esta Lei foi alterada pela 11.645/08 que mantém a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro brasileira e inclui o ensino e cultura dos povos indígenas. É válido chamar atenção que essas conquistas foram alcançadas com muitas lutas dos movimentos negros para que sua cultura e história fossem inseridas nos currículos escolares. O pouco debate que embasa as questões das relações étnicas raciais dentro dos espaços escolares se encontram em lento andamento, mesmo com a obrigatoriedade garantida por lei, os reflexos da colonização se mantêm vivos nos espaços escolares, de modo que a reprodução de estereótipos continua sendo perpassada.

Os discursos sobre diversidade na sociedade sempre estiveram num plano que segrega e deflagra a necessidade de contestação sobre a abordagem da temática. As diferenças em nossa sociedade sempre foram tratadas de modo excludente e desigual. As referências que são direcionadas as questões que envolvem as diversidades ainda ocorre de forma errônea e pessimista ao assunto, não dando a real importância e fundamento a este conteúdo.

Por tanto, a implementação da lei 10.639/03 que foi alterada pela 11.645/08 habilita possibilidades de conhecer a cultura afro brasileira e indígena para entendimento de uma história que foi contada sob aspectos negativos.

Nessa ótica Janz (2014) exhibe que,

Dessa forma, a lei vem também com o objetivo de tentar contribuir para a construção de uma imagem mais positiva das africanidades e com isso, reduzir o preconceito e o racismo ainda tão presentes na sociedade brasileira. (JANZ, 2014, p. 02)

A importância da lei nas escolas é ímpar, pois permite um diálogo que foi negado por longos séculos nos incidindo ao exercício de revisar as referências e representações que foram conferidas a imagem do negro, para assim iniciarmos um processo de desconstruções. Segundo Gomes (2013), após dez anos de promulgação da lei a efetuação das discussões caminha a passos lentos em algumas instituições, seja pela falta de projetos que envolvam o

corpo docente, seja pelas Secretarias de Educação que não domina projetos referentes nessa temática. Urge pontuar que mesmo após tanto tempo da obrigatoriedade da lei a formação continuada ainda se encontra limitada, a falta de formação dos professores acarreta uma deficiência de embasamento concreto da temática das relações étnico raciais que em consonância suscitam uma perspectiva estereotipada sobre o assunto.

É perceptível que em algumas escolas o processo de mudança está ocorrendo mais ativamente com a inclusão de projetos pedagógicos que são trabalhados no decorrer do ano letivo, em outras instituições a questão racial é apenas mencionada no 20 de Novembro, dia da consciência negra. Quando as questões das relações étnico raciais são mencionadas apenas nessa data específica fica nítido que sua citação se faz apenas por “obrigação”, sendo repassada de maneira superficial.

Porém, não podemos deixar de considerar que existem escolas que trabalham as relações raciais incluindo-as nos currículos de modo que haja uma representatividade referente no seu contexto, o uso de alguns livros didáticos que já estão sendo modificados e voltados para as literaturas africanas expressam um papel significativo ao qual desperta nos alunos o reconhecimento positivo nas imagens dos livros e histórias africanas.

As mudanças a que assistimos nas práticas escolares observadas podem ainda não ser do tamanho que a superação do racismo na educação escolar exige, mas é certo que algum movimento afirmativo está acontecendo. Em algumas regiões, sistemas de ensino e escolas o processo está mais avançado, em outros ele caminha lentamente e em outros está marcado pela descontinuidade. (GOMES, e JESUS, p. 14, 2013)

Sistematizar a falha na efetivação da lei em algumas instituições podem abarcar movimentos estruturais para reanalisar o motivo pelo qual a obrigatoriedade do ensino e história da cultura afro brasileira e indígena ainda traz consigo um esvaziamento na sua mediação. É importante observar a realidade escolar para fazer uma análise mais concreta das causas da ausência discursiva no que se refere as relações étnico raciais. Trazer a tona quais são os fatos que impossibilita que a obrigatoriedade do ensino seja dialogada configura uma série de respostas que podem ser analisadas mais de perto, tais percepções poderão ocasionar um possível encaminhamento para resolução dessas questões.

É pertinente mencionar que com a obrigatoriedade da lei, as questões raciais ocuparam seu lugar de direito no currículo, porém ainda há vários obstáculos que desviam a devida atenção referente a lei. A lei trouxe emancipação, afirmação e uma representatividade que foi negada a história e cultura afro brasileira, representações que antes não eram sequer notadas, atualmente já conseguimos, ainda que a passos curtos, enxergar. A lei 10.639/03 trouxe modificações estruturais e significativas nas nossas escolas, mesmo sendo avanços de pequeno porte estamos estremecendo a estrutura inabalável a qual os brancos por muito tempo revestiram negativamente a imagem do negro. É lícito considerar que a lei vem recontar à história que acarretara numa subalternização do povo negro, a referida lei provém desmistificar estereótipos e mazelas que foram socialmente construídas pelos colonizadores.

Entretanto, a lei capacita alterações no cenário escolar e também social. Notam-se transformações nas escolas, nos currículos e nos ensinamentos em sala de aula, embora não tenha almejado a modificação que deveria, as transformações que estamos presenciando já são de valores significativos para outros passos maiores. É inegável que falta uma rigorosidade na efetivação da lei em procedimentos, sejam em maiores capacitações de profissionais ou/e projetos que envolvam todo conjunto escolar. Por isso, alguns destes impedimentos conduzem interferências correspondentes no sucesso que a lei anseia.

Dessa forma, as alterações que a lei causou representam vozes que foram silenciadas e com a obrigatoriedade da mesma emerge um novo processo que desencadeia a persistência da transformação na ordem racial da sociedade.

Ao afirmar a diversidade, a lei oferece subsídios para o questionamento das relações étnico-raciais na sociedade brasileira, na qual a desigualdade entre negros(as) e brancos(as) é um elemento estrutural e estruturante da realidade social. Uma política pública nestes moldes tenciona a lógica da igualdade abstrata, ao tratar de direitos coletivos de sujeitos concretos que historicamente foram marginalizados. (REGIS, Kátia Evangelista, p. 03, 2013)

O caráter emancipatório da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem contribuído para legitimar as práticas pedagógicas antirracistas já existentes, instiga a construção de novas práticas, explicita divergências, desvela imaginários racistas presentes no cotidiano escolar e traz novos desafios para a gestão dos sistemas de

ensino, para as escolas, para os educadores, para a formação inicial e continuada de professores e para a política educacional.

Nessa política educacional é importante que se repense a formação acadêmica que estamos vivenciando, os componentes curriculares, os programas, os eventos para os debates das questões raciais. Contudo, a reformulação da grade curricular é um ponto que deve ser analisado com requisito prioritário. MATOS (2013) em sua pesquisa monográfica faz um apanhado sobre as disciplinas curriculares que compõem o estudo das questões étnico raciais na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia no centro de Formação de Professores, e nos aponta a oferta mínima de componentes referente a este conteúdo. Vejamos que, em um centro de formação de professores, uma instituição universitária oferece apenas um componente específico em sua ementa e bibliografia que trabalha com a temática racial, este é intitulado Educação e Africanidades, e por sua vez é uma disciplina optativa, ou seja, parte de interesses pessoais cursar ou não o componente.

Entrevistou-se professores e alunos do curso de licenciatura em pedagogia para verificar se a temática racial era trabalhada em alguns componentes que foram escolhidos com base na abordagem direcionada a grupos historicamente segregados. As disciplinas selecionadas para análise contextual foram componentes que abrangem o ensino de Histórias e Educação, Antropologia, Currículo, e disciplina de estágio. Nas entrevistas com os alunos, é indagado sobre a prática de ensino étnico racial nas disciplinas escolhidas, é unanime as declarações dos alunos em afirmarem que a exploração profunda do assunto acontece por parte isolada de alguns professores que trabalham com a temática em suas pesquisas ou integram conjuntos de militâncias.

Em contrapartida os professores entrevistados declaram a importância de trabalhar com o conteúdo e inclui-lo nas práticas da sala de aula, outros dizem não se sentirem seguros em discutir essas questões por não terem o domínio teórico apropriado. Os professores reconhecem a essencialidade de aprofundar as discussões raciais, mas ao que percebe-se é que as suas práticas, em paridade com os relatos dos discente, demonstram o oposto as respostas ditas. Ao analisar a ementas do curso e de algumas disciplinas Matos (2013) nos mostra que,

A disciplina Educação e Africanidades é a única que sua ementa trata exclusivamente da educação para as relações étnico raciais, é indispensável no currículo não só de pedagogia, mas de todos as licenciaturas, pois não é possível

conhecer a história do Brasil sem o conhecimento da história dos povos que iniciaram sua nação, ensinar história da África aos brasileiros é a única maneira de romper com um modelo de educação que ao longo da história invisibilizou a população negra. (MATOS, 2013, p.46).

É possível identificar que somente um componente, sendo este de caráter optativo, trabalha exclusivamente com esse contexto. Uma indicativa que corresponde a carência do ensino étnico racial na formação de professores em um centro que comporta a formação docente, isso demonstra uma controversa na perspectiva formativa. O ensino das questões raciais é um elemento ímpar para desconstrução de conceitos negativos que invisibilizaram a história da população negra e sua importante participação na construção da sociedade brasileira.

Assim como é estudada histórias de outros países na sala de aula é imprescindível se estudar a fundo o continente Africano. Conhecer as narrativas construídas por uma sociedade colonizadora trará novos comportamentos e somente por meio de uma formação docente estruturada para o ensino étnico racial ocorrerá transformações para que de fato a segregação e invisibilidade racial sejam minadas. No entanto, o ponto de partida para essas mudanças estão focados na formação de professores que começa nas universidades, como mencionado acima enfatizar a reformulação do currículo para o ensino étnico racial para aberturas que possam atender as expectativas referidas na lei 10.639/03 sobre o contexto.

5. ANÁLISE DOS DADOS

Ao falarmos do estudo das questões étnico raciais podemos observar como as práticas da sala de aula não suprem a necessidade real das discussões no ambiente escolar. Ao mencionarmos como é feita a abordagem contextual no espaço educacional notamos que os diálogos permanecem carregados de estereótipos. Estruturas que norteiam nossos conceitos sobre a temática racial foram socialmente construídas desde o período colonial e, infelizmente mantem-se vivo na convivência social com um caráter discriminatório referente ao negro. É interessante pontuarmos que a estrutura escolar e social não permitiu que o negro adentrasse nessa zona como sujeito protagonista, mas sempre em segunda instância, instância essa que atua de modo subalterno a uma cultura hegemônica.

Desse modo Fernandes (2007) menciona que,

Na área de contato com o branco, onde o negro não aparece despojado dos valores de seu mundo social próprio, suas identificações morais ou culturais não possuem nenhuma eficácia e não contam para nada na determinação do ciclo de ajustamento inter-racial. Nessa área, o negro vive limites de sua segunda natureza humana e tem de aceitar e submeter-se às regras do jogo, elaboradas para brancos, pelos brancos e com vistas á felicidade dos brancos. (FERNANDES, 2007, p. 31).

Essa situação constitui o que presenciamos ao longo do processo escolar, uma postura que por vezes foi branqueada, contando a história apenas sob uma ótica. Ao falarmos do ambiente escolar podemos perceber que ele ainda agrega fatores que promovem uma separação visível da questão racial, destacamos que no espaço educacional são corriqueiras as atitudes que reproduzem padrões impostos socialmente que indicam uma condição que é apontada como inferior. Nesse aspecto acredito que o ambiente escolar pode ser um mediador de transformações, se orientado com os devidos instrumentos cabíveis para estimulações reflexivas.

A importância de observar mais de perto o espaço da sala de aula almeja proporcionar desconstruções de ideias dominantes e estigmatizadas. Ao repararmos uma sala de aula e integrar-se aquele conjunto percebemos de perto seu funcionamento e como se constitui as

relações entre os sujeitos daquele ambiente. De acordo com as observações feitas notou-se que as discussões relacionadas as questões étnico raciais não fazem parte do ciclo de debates, a menção que se faz permanece inócua, sem trazer a tona a problemática que envolve a temática racial. Nas relações entre alunos com alunos visualizamos as falas carregadas de estereótipos e rótulos, produto que situa o pensamento que traça linhas do colonizador. Nos conflitos existentes entre os alunos sempre surgem apelidos que se associa principalmente com a cor do mesmo, ou no caso das meninas, se aplica ao cabelo.

Tais indicativas não são problematizadas, já que essas situações acontecem na maioria das vezes dentro da sala de aula e na presença do professor. Quando essas situações não são problematizadas nos atentamos para uma memória que expõe a perpetuação da falsa democracia racial. Sendo assim, esses pequenos conflitos não são vistos como atitudes ligadas a questão discriminatória, pois acredita-se que esses atos não passam de “brincadeiras sem graça”.

As discussões que estão relacionadas a quaisquer questões que difere da visão hegemônica, sejam a racial, de gênero, sexualidade, religião, são silenciadas no seio escolar. Essas condições também explicitam uma falta de formação e domínio teórico por parte dos professores. O processo de formação de professores por muito tempo manteve direção centralizadora que não permitiu que outras abordagens fossem refletidas e estudadas.

Observamos por determinado período duas professoras, ambas se identificavam como mulheres negras e da zona rural. Além de lecionarem na escola que foi realizada o estudo de campo as docentes também atuavam nas escolas da zona urbana. É valido salientar, que os nomes intitulados as docentes foram fictícios a fim de preservar suas identidades. A professora Carla formada em Biologia pela UEFS ministrava às disciplinas de Artes e Ciência, quanto a professora Mara licenciada em Pedagogia pela UFRB ministrava a disciplina de Português. Ambas residiam na cidade de Amargosa e mostraram preferência na atuação da escola campo quanto às escolas da cidade, as duas pontuaram que mesmo com todas as especificidades existentes numa escola localizada no campo os alunos demostram um respeito maior referente aos discentes.

Em dialogo com as duas professoras, analisamos que o processo formativo obteve lacunas sobre os estudos étnico raciais. Quando indagamos sobre as trajetórias escolares notamos que esse processo formativo se restringe de forma negativa.

A professora Carla contribui mencionando que,

Na escola discutia, porém não de forma ampla, se discutia bem superficialmente. Ex: assuntos de novelas relacionava as questões étnico raciais, as relações nas redes sociais, e sempre essas discussões se davam se modo negativo. Também observações sobre os papeis dos negros na novela. (Carla, 10/2016).

A professora Mara também contribuiu com a discussão alegando que,

Eu nunca sofri racismo, porém no espaço escolar já presenciei situações com colegas e esse episódio me marcou de forma gritante. Nesses acontecimentos não teve qualquer postura contrária ou que repreendesse atitudes racistas de colegas por parte de professores ou outro funcionário que trabalhasse no espaço escolar, nas situações que presenciei de racismo no ônibus o pai da aluna agredida conversou diretamente com o agressor, embora não resolveu muito o acontecido. (Mara, 10/2016).

Verifica-se nesses relatos que a discussão racial nas escolas é feita de modo negativo e também pejorativo (podemos ampliar essa discussão), sendo que por inúmeras situações na rotina escolar o estudo das questões étnico raciais são retratadas de forma superficial e sem aprofundamento histórico crítico, vemos que essa temática aparece como uma discussão pacífica, apenas contando a história sobre a percepção colonialista. A ausência de debates que permitam uma análise conceitual da situação racial e também da construção de discursos opressivos ocasionam perpetuação errônea sobre o contexto étnico racial e silenciamento do mesmo.

As posturas dos indivíduos que integram o conjunto escolar não adotam um posicionamento que repreenda esses acontecimentos, porém é importante situar que as referências que fazemos a partir de um quadro que fomos adestrados a reproduzir nos fazem naturalizar alguns desses episódios. Por isso a formação de professores se encontra num papel de suma importância na tentativa de diminuir as ausências dessas discussões no seio escolar. Carlos Macedo Garcia (1995) salienta que a formação de professores deve proporcionar situações que possibilitem a reflexão e a tomada de consciência das limitações sociais, culturais e ideológicas da própria profissão docente. (GOMES e SILVA apud, GARCIA, 1995).

Sobre essa concepção dos professores entrevistados foram questionadas sobre a formação acadêmica a qual passaram e destacaram considerações essenciais no aperfeiçoamento da formação.

Sobre sua formação a professora Carla respondeu que,

Discutíamos de forma que se entendia, porém de modo simples, alguns exemplos de autores, pessoas famosas, profissionais em altos cargos. Não teve uma discussão que conhecesse autores negros que pudessem contribuir com a formação acadêmica sobre as relações étnico raciais, no entanto apenas se tinha complemento do que já conhecia e a aprendizagem ocorria também com discussões e falas de alguns colegas que se envolviam com a temática. (Carla, 10/2016).

Já a professora Mara destacou,

As disciplinas diretamente não abordaram o tema, a pouca formação que obtive vieram de leituras, de trocas propiciadas por colegas que estavam fazendo trabalho de tcc na área, eventos que participei promovidos pela Universidade, e através de debates informalmente na aula, que muitas vezes surgiu essas discussões nas aulas ocasionadas por outras temáticas que puxavam essas discussões. (Mara, 10/2016).

É notório que a instituição as quais ambas estudaram não iniciaram assiduamente estudos que ligassem sua formação ao interesse ativo de abordar a temática, a proposta de envolver esses debates partia de iniciativas isoladas, através de algumas pessoas que trabalhavam com essas questões e travava as discussões a outras e também a proposta de eventos de formação. Porém o que queremos frisar é a falta de discurso recorrente nas disciplinas e a ausência de componentes curriculares específicos no assunto.

Em especial é relevante enfatizar o que a professora Mara pontua sobre sua formação acadêmica que foi concluída na UFRB/CFP no campus de Amargosa. A mesma concluiu o curso em 2010 e relatou que mesmo com quase dez anos após a implementação da lei 10.639/03 não tinha no currículo um componente obrigatório para o estudo e discussão das questões étnico raciais. Nesse sentido, MATOS (2013) traz importantes considerações a cerca desse estudo na UFRB, principalmente a nível do centro de formação de professores.

Em sua pesquisa é realizada um estudo e entrevistas com alguns professores e alunos sobre os componentes curriculares que são ofertados envolvendo a temática racial, nos relatos observa-se que existe apenas um componente intitulado Educação e Africanidades, oferecido pela instituição e o mesmo é de caráter optativo, ou seja, nem todos os alunos tem acesso, se torna um estudo opcional para os estudantes. Os alunos e professores reconhece a necessidade de ampliar esses estudos em componentes que sejam obrigatórios não só no curso de pedagogia, mas, sobretudo, em outros cursos, pois a lei enfoca que os estudos afro-brasileiros

devem ser requisito em todas as disciplinas, e se tratando de universidade deve-se aplicar a todos os cursos de licenciaturas.

Infelizmente o que ainda presenciamos é uma falta de comprometimento, seja pelas instituições, que não provem as discussões de modo institucional, seja por alguns professores que não dão ênfase devida à temática. Ao formar-se o sujeito deve seguir caráteres que se desenhe em reanalisar sua formação e aprofundar seus conhecimentos para progredir sua prática, não só como docente, mas, de todo modo, como indivíduo mediador.

É dentro dessa perspectiva e dessa postura política e profissional que a articulação entre formação de professores/as e diversidade étnico-cultural pode ser entendida como um importante desafio para o campo da educação e com mais uma competência pedagógica a ser construída e praticada pelos educadores e educadoras. (GOMES e SILVA, 2011, p. 14).

A formação de professores deve ser um instrumento que possibilite avaliações do estudo das diversidades para apoiar as interpretações das relações que acontecem na sociedade e fazer com que essas relações saibam conviver com as diversidades existentes num caráter construtivo e não excludente. Nesse contexto é essencial as opiniões que os professores possuem sobre o eixo temático que trazem as questões étnico raciais para as discussões escolares. Em entrevista perguntamos as professoras quais opiniões ambas tinham sobre a temática racial. A professora Carla respondeu que “é de suma importância para compreensão da mesma, pois na sociedade em que vivemos esse é um dos temas mais abrangentes onde se discute, mas que precisa melhorar bastante”.

Porque se fala o tempo todo da teoria, mas na prática existe uma defasagem. Existe o conhecimento mais precisa ser melhorado e explorado na prática diária. (Carla, 10/2016).

A professora Mara expôs sua opinião salientando que,

É uma discussão importante, tanto no espaço escolar como acadêmico, é um tema transversal, presente no currículo da educação básica e por esse motivo nem sempre a discussão ocorre de forma eficaz. A implementação da lei 10.639/09 embora tenha sido regulada ainda existe uma defasagem em sua efetiva ação no espaço escolar. Penso que o tema necessita de destaque e de debate pelo fato de ainda existir, dentro do contexto escolar, muitos casos explícitos e implícitos de racismo. (Mara, 10/2016).

Ambas as entrevistadas mencionaram que a abordagem das questões étnico raciais precisa ser mais aprofundada, pois a mesma ainda é discutida de forma superficial.[acho que a segunda foi mais profundo.

É conveniente citar que após a implementação da lei 10.639/03 as discussões estão acontecendo, mesmo que de forma tímida, mas algo se deslocou. A inserção das discussões raciais no campo escolar ainda se encontra de forma fragmentada, mesmo após a lei 10.639/03, porém esse fragmento vai de encontro com o currículo, livros didáticos, formação de professores, todos esses conjuntos são critérios importantíssimos que podem reverter condições contraditórias referentes aos aspectos dos debates raciais. Gomes traz uma consideração válida acerca da inserção dos embates raciais nas escolas, a pedagoga pontua que a articulação da teoria com as práticas docentes envolva todo rol escolar, fazendo parte das ações que necessariamente busquem a descolonização da visão eurocêntrica que paira sobre as práticas educativas.

Gomes (2012) destaca,

Portanto, a descolonização do currículo implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber. Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo. Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores e as educadoras, o currículo e a formação docente. (GOMES, 2012, p. 107).

A prática docente é um instrumento que pode ou não encaminhar novas concepções a determinados conceitos de acordo com o exercício metodológico. Uma postura reflexiva do professor terá um papel construtivo no desenvolvimento crítico-reflexivo do aluno. Manter uma conexão entre professor-aluno numa perspectiva formativa significa romper com visões padronizadoras e movimentar-se a caminho de novas mentalidades. Ao assumirmos essa postura estamos diante de uma responsabilidade em induzir opiniões, por isso à prática docente é de fundamental autoridade na desconstrução de conceitos estereotipados.

As professoras que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa foram questionadas sobre sua prática docente, se essa prática condiz com a formação identitária do sujeito e a valorização da mesma. Nesse aspecto foi respondido pela professora Carla “que sua prática docente se atrela de forma que os alunos tenham uma compreensão e também de

correções em algumas atitudes que acontecem na sala, salientando que ninguém é melhor do que o outro e temos direitos iguais, somos diferentes, porém iguais”. (Carla, 10/2016).

Desse modo, podemos analisar que as reflexões sobre a identidade racial e valorização da mesma é um desafio presente no ambiente escolar, pois notamos que os processos de descolonização estão a passos lentos, reconhece-se as diferenças, mas não as discute de modo problemático, essas discussões ainda são colocadas muitas vezes numa posição harmônica sem pensar que o processo social nos colocou segregados e rotulados. Os conflitos raciais dentro da sala de aula são diários e nos mostra a que lugar estes estão centrados.

Os empasses existentes no contexto escolar nos obrigam a repensar a estrutura educacional que representa as relações raciais. O condicionamento que integra essa estrutura reflete de modo desastroso para todos, e mais especificamente aos alunos que retrai seus comportamentos e sofrem de uma baixa estima. Sobre essa ótica foi importante desenvolver um elemento complementar para considerações do trabalho. Foi importante integrar e ouvir de forma mais próxima à visão e as conclusões prévias que os alunos tinham acerca da temática racial.

Selecionamos três garotas para realização de um grupo focal, tivemos o interesse em dialogar com essas meninas para entender melhor as questões que norteiam suas percepções sobre o assunto discutido. Os nomes empregados foram fictícios para preservação das alunas. As meninas selecionadas são negras, tem idades entre 12 e 15 anos. No primeiro encontro questionei as mesmas sobre sua cor, todas responderam que eram negras e afirmaram reconhecerem-se como tal, a justificativa que elas usaram para ter dado essa resposta chamou atenção. As meninas disseram “que sim, se percebiam como negras principalmente por conta do tratamento e a diferença entre elas e outros colegas, porque a gente é pobre e preta” (Luana, 20/06/2017).

Elas relataram suas experiências na convivência escolar apontando também sobre situações que denomina preconceito e se referiram principalmente aos seus cabelos pelos colegas de classe; “Sobre o cabelo, ah! Mulher macho, alguns dizem que “tava” bonito, outros olharam com cara de nojo, tinha também comentários sobre o nariz, alguns colegas colocam apelidos”. (Francisca, 20/06/2017). Esse ponto chamou atenção, pois as meninas afirmaram que tais situações aconteciam em sua maioria na presença dos professores e nenhuma atitude de repreensão era tomada.

As garotas também expuseram queixas de alguns professores mencionando que os tratamentos para as colegas brancas de cabelo liso eram diferentes do tratamento delas. “A atenção de alguns professores a ela (colega branca), sempre chamamos para tirar dúvida do assunto ai ela (a professora), vai para outra mesa das meninas brancas e não vão até nós”. (Elisa, 20/06/2017).

Notamos nesses relatos que é feita de modo explícito uma seleção que tem como caráter de escolha a aparência das alunas. Vemos nas escolas quem são as meninas que possui maior apressado pelos professores. Mesmo as alunas percebendo a divisão que existia nas relações interescolar percebe-se um quadro constante de negações próprias. As meninas demonstraram uma consciência da cor da sua pele, mas, reproduziam atitudes estereotipadas quando, por exemplo, o assunto é cabelo, mesmo todas usando o cabelo sem chapinha havia uma resistência em gostar do seu cabelo e assumi-lo sem restrições.

Hooks (2005) ressalta que,

Falamos sobre o quanto as mulheres negras percebem seu cabelo como um inimigo, como um problema que devemos resolver, um território que deve ser conquistado. Sobretudo, é uma parte de nosso corpo de mulher negra que deve ser controlado. (HOOKS, 2005, p.04).

O excesso de creme que as mesmas usavam expõe um artifício que exhibe a opressão para evitar que se permita deixar o cabelo volumoso, e o usam artifícios para modificar a estrutura capilar para que mostre um “controle”.

Nessa ordem foi indagado as meninas como era abordado o contexto racial na escola, as garotas responderam que quando falava-se do assunto era contando sobre os escravos, e ainda complementaram dizendo que alguns professores falavam que se os alunos tivessem dúvidas para procurar auxílio no livro didático.

O livro didático, de modo geral, omite o processo histórico e cultural, o cotidiano e as experiências dos segmentos subalternos da sociedade, como o índio, o negro, a mulher, entre outros. Em relação ao segmento negro, sua quase total ausência nos livros e a sua rara presença de forma estereotipada concorrem em grande parte, para o recalque da sua identidade e auto-estima. (SILVA, 2004, p. 51)

Sabemos que os livros reforçam a condição estereotipada que fora construída a figura do negro e buscar subsídio nos livros didáticos não vão promover nenhuma crítica a cerca das

condições que são colocados os negros e o porquê da permanência dessa visão. A representação que o livro didático dirige ao negro está vinculada a um papel que reproduz ideologias racistas e enquadra um perfil com atributos selvagens e imorais.

No segundo encontro propus um curta intitulado “lápiz de cor”, na proposta ressaltar que as estudantes assistissem ao curta e pontuassem o que lhes chamasse mais atenção para posteriormente discutirmos. O pequeno vídeo possui momentos diferentes que giram em torno da temática racial. No primeiro episódio a narradora do vídeo faz perguntas às crianças negras que fazem parte do vídeo perguntando-lhes se gostavam da sua aparência e se tinham vontade de muda-las, inúmeras respostas foram dadas pelas crianças relacionadas à sua vontade de ser de outra cor, e de mudar algo em seu corpo. No caso das meninas essas mudanças giravam em torno do cabelo, a visão de querer que seu cabelo fosse maior e o jeito que ele crescia era um fator que implicava na condição determinante de ser mais bonito. Posteriormente foi questionado às crianças como elas gostariam de ser em seguida que desenhassem como queriam desejariam ser. Nos desenhos foram notados que as modificações desejadas estavam ao redor da aparência física, cabelos, olhos, boca, nariz e a cor da pele. Na maioria dos desenhos as crianças se pintavam com cores mais claras. “A ideologia da inferiorização, além de causar a auto-rejeição, a não aceitação do outro assemelhado étnico e a busca do branqueamento, internaliza nas pessoas de pele clara uma imagem negativa do negro, [...]”. (SILVA, 2004, p. 36).

As descrições que as crianças fazem do que acredita ser mais bonito e como desejariam ser exibem claramente uma condição que repudia o próprio corpo e recusa o outro que apresenta características iguais às suas, e sem perceber assentam defeitos no nível tão assustador que almeja transformações na aparência. Percebe-se que, prematuramente a criança atravessa uma formação de baixa estima, exibindo descontentamento na percepção de si.

Após as meninas assistirem aos dois curtas e pontuarem o que mais lhes chamasse atenção discutimos esses pontos, relacionado ao primeiro as meninas observaram a fala do menino que queria ser da cor da sola do pé, pois ele alegava não gostar da sua cor, nesse aspecto as meninas também mencionaram que por muitas vezes repudiaram sua cor querendo ser mais claras, outra observação foi em relação com a comparação com as cores do lápis “cor de pele” com sua própria cor, fator esse que desencadeia uma controvérsia na identidade ao compará-la com uma cor de lápis.

O terceiro ponto destacado pelas meninas está ligado a postura das meninas que sempre citavam o cabelo como prioridade a ser mudada. Esse fator foi o que mais gerou discussão entre as meninas, pois as três que participaram do grupo focal percebiam que o desejo das meninas remetia também ao delas, pois em diálogo todas mencionaram que não se sentem bonitas por conta do cabelo e que já tiveram desejo que seus cabelos fossem lisos.

O alisamento era claramente um processo no qual as mulheres negras estavam mudando a sua aparência para imitar a aparência dos brancos. Essa necessidade de ter a aparência mais parecida possível à dos brancos, de ter um visual inócuo, está relacionada com um desejo de triunfar no mundo branco. Antes da integração, os negros podiam se preocupar menos sobre o que os brancos pensavam sobre o seu cabelo. (HOOKS, 2005, p.03)

A relação que é construída no universo feminino impera uma série de negações de si mesma, as meninas desde muito cedo começam um processo de auto rejeição com seu corpo e seu cabelo, isso implica diretamente em querer alisar, pois se construiu que o cabelo alisado é mais bonito. A negação da identidade reflete nesses comportamentos que almejam intensamente uma mudança na sua aparência para “desfaçar” seu fenótipo.

Tal indicativa coincide aspectos que configuram numa repulsa aos seus traços e desse modo a mudança é um caminho mais propício para reverter a condição rejeitada. Doutro modo, notamos o quanto os argumentos usados seja pelas meninas do vídeo e pelas meninas que fazem parte do grupo focal refere-se a falta de representatividade que as mesmas não encontram. No ambiente escolar, por exemplo, a uma carência representativa, não tem professoras que as meninas negras possam se espelhar e se verem representadas, todas essas condições implicam num silenciamento identitário.

No segundo comentário sobre o vídeo “cores e bota” onde a menina Joana sonhava em ser paqueta, as meninas pontuaram o momento que a pequena Joana pintou o cabelo com papel crepom amarelo, para ficar parecida com as dançarinas, mesmo que inconscientemente a garota percebia que as paquetas eram diferentes dela, e nesse sentido buscou passar por uma “mudança” que foi a de pintar o cabelo. Notou-se uma percepção de que as meninas que também partilhavam do sonho de Joana eram meninas brancas, de cabelo loiro e com olhos claros. Essa afirmativa ilustrada é trazida por Silva (2004), que as ilustrações representadas na

sociedade como padrão sociocultural aparece no protótipo de homens, mulheres e crianças louras e de olhos azuis.

Essa discussão engajou para outras e o que as meninas mencionaram foi que dificilmente encontramos bonecas pretas, e quando encontramos o valor é muito excessivo para seus níveis financeiros, esses pontos significam a pouca representatividade afirmativa para as meninas negras em sua trajetória de vida. Na proposta do terceiro encontro foi reproduzido o documentário “Racismo camuflado no Brasil” o vídeo mostra várias situações envolvendo pessoas negras e brancas e as demonstrações de preconceito quando algumas pessoas estão no mesmo ambiente que uma pessoa negra está, e por sua vez, as pessoas não negras tem reações de recuo e medo.

Nesse documentário também tinha momentos em que algumas crianças eram colocadas diante de bonecas brancas e negras, e realizadas perguntas de cujo; qual boneca as crianças mais gostavam; quais eram mais bonitas; e o porquê da resposta de cada criança.

Algumas das crianças responderam que preferiam as bonecas brancas, pois as bonecas negras despertavam medo; eram feias; outras diziam que eram maus. Partindo disso as meninas afirmaram que também se assustavam com as bonecas negras, duas garotas disseram que possuíam bonecas pretas que foram presenteadas e que atualmente não tinham mais medo. Porém algo chamou muito a atenção na fala de uma das meninas que completou “já queimei uma boneca preta quando eu era criança”. (Elisa, 07/08/2017). Essas reações nos mostram as representações negativas do sujeito negro na vida das pessoas, carecendo que se faça urgentemente uma constante reflexão desses conceitos temerosos que foram socialmente construídos.

Ao assistirem o documentário as meninas fizeram esses levantamentos e mencionaram a revisão a cerca da reação das pessoas ao verem uma pessoa negra, uma das meninas mencionou que “o medo das pessoas brancas quando vê alguém negro em se preocupar em esconder as coisas com medo de ser assaltada”. (Luana, 07/08/2017). As outras duas garotas ainda complementaram dizendo que a associação que se faz a um sujeito negro sempre remete a uma pessoa delinquente, e mais uma vez o ambiente escolar traduz essas situações quando proporciona condições de separação baseada na cor.

Nessa perspectiva Moore (2007) afirma que,

Produto de uma forma de consciência grupal historicamente originada, o racismo visa à manutenção de redes de solidariedade endógena automática em torno do fenótipo, redes que estão especificamente voltadas para a captação, a repartição, a preservação e o controle monopolista dos recursos básicos de uma sociedade. Dito de outra maneira: o racismo é uma recuperação cultural de um conjunto de comportamentos agressivos, violentos e egoístas cuja finalidade é a estruturação e a sustentação de sistemas de gestão dos recursos em termos racialmente monopolistas. (MOORE, 2007, p.285)

As meninas também advertiram que muitas vezes as pessoas observam a aparência e julga de imediato, achando que aquele indivíduo irá fazer algo de errado, exemplificaram essa ideia ao compararem a situação do vídeo quando havia uma mulher branca e um rapaz negro no elevador a mulher segurou a bolsa imaginando que ela seria roubada e na verdade foi ao contrário, a mulher assaltou o rapaz. Isso nos faz refletir a citação acima que indica uma junção de comportamentos opressivos e violentos que usam o fenótipo do sujeito para lhe agredir e sustentar um estado desigual entre os sujeitos.

O segundo documentário intitulado “Racismo e autoestima” trazem depoimentos de jovens negros que contam suas trajetórias de vida e pontuam algumas situações racistas que passaram e a apropriação da sua autoestima. Por meio de estudos esses jovens negros conseguiram construir uma afirmação que empodera seus traços e luta constantemente contra as ocasiões racistas do dia a dia. O que mais chamou a atenção das meninas foi a fala do garoto que mencionou que a um tempo atrás cortou seu cabelo por influência alheias que opinaram que seu cabelo estava grande e precisava ser cortado. No vídeo o rapaz salienta que só depois de ter visibilidade sobre a situação racial no país que ele relacionou aquela atitude a um posicionamento preconceituoso.

“Em uma cultura de dominação e antiintimidade, devemos lutar diariamente por permanecer em contato com nos mesmos e com os nossos corpos, uns com os outros. Especialmente as mulheres negras e os homens negros, já que são nossos corpos os que freqüentemente são desmerecidos, menosprezados, humilhados e mutilados em uma ideologia que aliena. Celebrando os nossos corpos, participamos de uma luta libertadora que libera a mente e o coração”. (HOOKS, 2005, p.08)

Representações de lutas se manifestam de um modo resistente aos padrões socialmente construídos, Hooks discorre na citação anterior a persistência diária que devemos incorporar para fragmentar uma cultura dominante. Quando homens e mulheres formam reflexivamente

a consciência de reconhecer a alienação sofrida estamos em busca de uma libertação opressora do corpo e da alma do povo negro.

Posteriormente foi colocado outro vídeo, desta vez não era documentário, nem relatos, e sim uma música que busca empoderar as meninas negras desde cedo, o vídeo era da pequena Mc Sofia, uma menina que sofreu várias situações de racismo e buscou o rap como instrumento para se empoderar e retratar sua cultura afro-brasileira como importante para sua afirmação, representação positiva e referência de orgulho da sua identidade. Ao final desses encontros orientei que as meninas escrevessem o que conseguiram aprender e se ainda existissem dúvidas que elas apontassem, o intuito foi promover um feedback das reuniões. No momento posterior nos encontramos para que as meninas socializassem suas respostas e dúvidas.

Ao lerem o que escreveram em ordem aleatória foram feitas as perguntas, a primeira a exibir o que havia escrito foi a menina Luana, que indagou sobre a opinião dos atores sobre o racismo; respondi exemplificando a postura de atores negros que discutem sobre essa questão e adotam uma postura afirmativa, de modo que usam seus cabelos blacks numa perspectiva de resistências as opressões de um padrão de beleza que a sociedade impõe. Outra pergunta interessante foi da aluna Elisa que pontuou como o racismo foi “inventado”, nesse momento busquei relatar brevemente um apanhado histórico do negro e as construções sociais em paridade com os estudos biológicos que também assessoraram na origem das condições taxada ao negro atualmente.

A terceira e última dúvida foi da garota Francisca que pontuou para direção que conduz a pesquisa, a mesma perguntou “como acabar com o preconceito”? Primeiramente, apontei a importância dos nossos encontros para refletirmos sobre as questões que desencadeiam atitudes racistas e preconceituosas. Mencionei que o fim dessas atitudes não é tão fácil, porém as posturas que nós podemos adotar são instrumentos essenciais para minimizar as desigualdades que se fundamentam na cor do sujeito. As discussões que fazemos, por exemplo, são pontos construtivos para uma melhor compreensão da situação racial, e nesse aspecto atingir posicionamentos de resistência evidencia a deterioração desses fatores racistas. A importância de nós mulheres usarmos nosso cabelo natural sem ter vergonha do mesmo, foi um ponto ressaltado com destaque. Por fim as meninas disseram o quão foram importantes os encontros para aprenderem questões que não sabiam a respeito da

temática racial, afirmaram que com a mediação dos debates percebem algumas situações de outro modo e procuram agir de forma diferente de como agiam.

Quando por mediações fazemos discussões sobre determinados contextos conseguimos expandir pensamentos condicionados. As reflexões críticas que fora proporcionado no grupo focal alcançaram retornos positivos, percebeu-se que as meninas conseguiram fazer críticas a situações que as mesmas já haviam passado, refletindo posturas de cunho racista e identificando diferenças que por vezes a sociedade insisti em distorcer atitudes racistas comparando-as com atos de preconceitos ou bullying. Promover o estudo das questões étnico raciais habilita uma correspondente revisão das construções histórico-sociais que perpassam nas atitudes que sustentam condutas racistas pelos sujeitos, nesse embate propor discussões da temática possibilita desconstruir o quadro das condições sociorraciais existentes fazendo minar as representações que foram imputadas aos negros.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações raciais construídas no processo histórico-social se consolidaram numa escala montada por desigualdades de direitos. Os tempos de colonização foram o início para que essa escala desigual emergisse. Eram usadas justificativas baseada nas características fenotípicas que afirmavam as pré-disposições que o indivíduo negro obtinha para condições próprias num caráter biológico e social para ser escravizado. Esses pressupostos advinham do pensamento colonial para justificar atitudes de cunho manipulador e brutal com os escravizados. Os conceitos teóricos que também foram usados partiram de pensamentos científicos que ilustraram o tamanho do crânio como elemento diferencial do negro em relação ao branco. A condição “achatada” do crânio de quem era negro determinava sua disposição ascendente para o trabalho e aderiu os aspectos craniológicos a sua índole maléfica.

Considerações como estas fizeram parte de um leque de estereótipos que foram atribuídos aos negros. A população de cor, assim chamada por muitos estudiosos, tiveram inúmeros obstáculos nas trajetórias de vida. Primeiro por serem banalizados, fadados a um futuro de insucesso, e segundo pelas construções estereotipadas sobre seu caráter. Tais pontos foram contribuintes para gerarem uma estrutura visivelmente desigual.

A situação racial no país é alimentada por influentes estudiosos que originaram o conceito da democracia racial, tal conceito revela uma condição que denomina uma situação racial na sociedade que representa relações harmônicas entre negros e brancos, relações essas que não estabelecem conflitos pautados na cor. Sabemos que as desigualdades entre negros e brancos em nossa sociedade são nitidamente perceptíveis quando nos deparamos com a aquisição financeira e empregativa entre ambos.

As histórias que ouvimos durante as nossas aprendizagens escolares e em coletividade engajaram para avaliações que presumiram uma visão marginalizada da população negra. A visão escravocrata apresentada nos ensinamentos sobre o negro permearam um estigma pejorativo rotulado por características maléficas. As representações que foram apresentadas dos sujeitos negros no processo histórico e escolar imputaram uma rejeição extrema aos seus semelhantes, demarcando uma condição infâmica que procedeu para encaminhamentos de autorejeição em conjunto da população negra.

No ambiente escolar, por exemplo, percebemos os posicionamentos que as crianças negras e não negras atribuem nas atitudes com os colegas de classe, apelidos são usados para impor uma categoria inferiorizada por conclusões prévias que baseiam-se na cor do indivíduo para julga-lo e ofende-lo. Atitudes como estas demonstram a relação que é estabelecida no espaço educacional sem nenhuma problemática, algumas dessas posturas são tratadas como “brincadeiras sem graça” ou até mesmo bullying. Confundir essas atitudes vela o caráter racista e permite estender concepções que construímos durante todo o processo de humanização da sociedade.

Cabe destacar que a perpetuação dessas atitudes estão diretamente vinculadas as práticas docentes na sala de aula, pois a interferência do professor em reprimir ou não, tais acontecimentos condiz com a realidade de formação que o mesmo obteve. A formação de professores para questões raciais se encontra em vias de silenciamento, no ensino superior não é focado assiduamente esse contexto para promover efetivamente uma formação que ampare verdadeiramente as peculiaridades que a formação para o ensino das questões étnico raciais carece.

Nessa perspectiva os docentes que atuam não sabem trabalhar a temática racial problematizando a condição estereotipada que fora construída, fazendo com que aspectos errôneos se propaguem no seio escolar. Mesmo com a obrigatoriedade do ensino e cultura afro brasileira e africana implementada pela Lei 10.639/03 encontramos uma defasagem estrutural nesse ensino. Após anos que a lei entrou em vigor ainda percebe-se um tom folclórico no ensino africano, notamos que o estudo acontece em datas específicas, e não o ano inteiro, como deve realmente acontecer.

Nesse momento percebemos o quanto é urgente que se pensa em uma formação inicial e continuada para o ensino das questões étnico raciais, para que esta se consolide no ambiente escolar como outros assuntos que são mencionados durante todo ano letivo. A formação docente é a válvula determinante para minar as práticas estereotipadas sobre o contexto racial na educação. A formação docente e sua práxis é o caminho mais certo para gerar uma mudança na visão que é condicionada ao sujeito negro e seus descendentes. No entanto a formação de professores corresponde a possibilidades de revisões do passado perverso e do presente hostil ao qual vivencia a população negra, um dos meios que podemos

reverter esse quadro que oprimi os negros se localiza na educação e somente por esse caminho atingiremos mecanismos transformadores.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar** / Marli André – Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Série Prática Pedagógica).

ALVES, Ângela Maria, BACKES, José Licínio. **Educar para as relações raciais: Um desafio para a formação de professores.**

Disponível

em: <[Acesso em 05 de maio de 2016](https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=Educar+para+as+rela%C3%A7%C3%B5es+raciais:+Um+desafio+para+a+forma%C3%A7%C3%A3o+de+professores.+></p>
</div>
<div data-bbox=)

Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, p. 236 (Coleção Educação para todos), 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** – 31° Ed. Paz e Terra. São Paulo, 2008.

FREYRE, Gilberto, 1900-1987. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. - 51ª ed. rev.- São Paulo: Global, 2006. (Introdução da sociedade patriarcal no Brasil; 1).

FERNANDES, Florestan 1920-1995. **O negro no mundo dos brancos** / Florestan Fernandes; apresentação de Lília Moritz Schwarcz. – 2. ed. revista – São Paulo: Global, 2007.

GOMES, Nilma Lino, MIRANDA, Shirley Aparecida. **Gênero, Raça e Educação: Indagações advindas de um olhar sobre uma academia de modelos.** Poiésis, Tubarão. V.8, n.13, p. 81 – 103, Jan/Jun, 2014.

Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/index>>

Acesso em 14 de março de 2016

JANZ, Rubia Caroline. **Dez anos da lei 10.639/03: o que mudou nos livros didáticos de História?** – Uma proposta de análise. Florianópolis-UFCS, 2014.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** – Belo Horizonte : Mazza Edições, 2007.

PINTO, Regina Pahim. **Diferenças étnico-raciais e Formação do Professor.** Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa, nº 108, novembro/1999.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2012.

GOMES, Nilma Lino, SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves e. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**, 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011. (Coleção Cultura Negra e Identidade)

GOMES, Nilma Lino: **Relações étnico-Raciais, Educação e descolonização dos Currículos**. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Currículo sem fronteira, v. 12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abri 2012.

Disponível em:< <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-e-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-nilma-lino-gomes.pdf> > Acesso em 02 de agosto de 2017

MATOS, Luma Silva. **Currículo e Formação: um estudo da matriz curricular do curso de pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia na perspectiva da lei 10.639/03**. Orientadora: Dyane Brito Reis Santos. 93 fl. Monografia (Graduação), Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2013.

REGIS, Katia Evangelista. **Lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro-brasileira e Africana. Revista Brasil Escola**. GT ibero americano, 2013.

<http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT3/GT3_Coimunicacao/KatiaEvangelistaRegis_GT3_integral.pdf>

Acesso em 03 de abril de 2016

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. 2. Ed. Salvador : EDUFBA, p. il, 112, 2004.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Urk4npUEkBE&t=587s>>

Acesso: 04 de junho de 2017

Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=cbOG2HS1WKo>>

Acesso em 04 de junho de 2017

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Dp-LxZ3Ck7c&t=703s>>

Acesso em 10 de julho de 2017

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=L18EYyU0o&t=3s>>

Acesso em 10 de julho de 2017

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zJVPM18bjFY>>

Acesso em 10 de julho de 2017